

Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

31 de dezembro de 2020

com relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	8
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente.....	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas e aos Administradores do

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Crédito de clientes e recebíveis e redução ao valor recuperável

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito (valor recuperável), mediante a aplicação metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo, entre outros, informações prospectivas e critérios para determinação de aumento ou redução significativa no risco de crédito. Conforme divulgado na nota explicativa nº7, em 31 de dezembro de 2020, o saldo bruto de créditos a clientes e recebíveis é de R\$ 2.173.291 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 71.768 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de crédito de clientes e recebíveis, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição do nível de provisão por operação; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de provisão por operação; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) análise das liquidações ocorridas; (vi) análise das políticas contábeis e modelos de estimativas de perda esperada da administração em comparação com os requisitos do IFRS 9, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de redução ao valor recuperável, recálculo da redução ao valor recuperável em atendimento aos requisitos do IFRS 9, confirmação da existência, por meio de circularização, análise de contratos e liquidações, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos de clientes e recebíveis e redução ao valor recuperável, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Recuperabilidade dos créditos tributários

O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, para as quais as diferenças temporárias são decorrentes principalmente de despesas de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e benefícios pós-emprego.

Consideramos um dos principais assuntos de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela Administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela Administração do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia ("ITGCs") implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para nos auxiliar na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pelo Banco em níveis apropriados.

Nos processos considerados significativos para as demonstrações financeiras, identificamos os principais controles automatizados ou que dependem de tecnologia, para, em bases amostrais, efetuar testes com foco no desenho e na efetividade operacional de tais controles.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudessemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

Os exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da reapresentação das operações de câmbio na demonstração do resultado, conforme o pronunciamento técnico CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros (equivalente ao IAS 8), conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 30 de março de 2020. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, examinamos também as alterações sobre os valores correspondentes, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, advindas da reapresentação. Em nossa opinião, tais alterações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2021.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Gilberto Bizerra De Souza
Contador CRC- RJ076328/O-2

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Balanço Patrimonial

ATIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.120.595	1.804.623
ATIVOS FINANCEIROS			
Mensurados ao custo amortizado		2.667.871	2.298.848
Instrumentos de dívida	7	532.857	276.064
Créditos a clientes e recebíveis	7	2.173.291	2.026.120
Redução ao valor recuperável	7	(38.277)	(3.336)
Mensurados a valor justo por meio do resultado		741.672	160.676
Instrumentos financeiros derivativos	7	741.672	160.676
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1.487.448	911.827
Instrumentos de dívida	7	1.487.448	911.827
Ativo imobilizado	12	22.326	19.343
Créditos tributários		283.140	242.295
Ativos tributários correntes	11	35.867	29.894
Ativos tributários diferidos	11	247.273	212.401
Outros ativos	8	170.190	165.072
TOTAL DO ATIVO		9.493.242	5.602.684

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Balanço Patrimonial

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2020	2019
PASSIVOS FINANCEIROS		7.424.511	3.553.286
Mensurado ao custo amortizado		6.370.828	3.111.131
Depósitos de clientes	9	2.984.329	1.615.415
Depósitos de instituições financeiras	9	385.516	137.083
Empréstimos e financiamentos	9	3.000.983	1.358.633
Mensurado ao valor justo através do resultado		1.053.683	432.851
Instrumentos financeiros derivativos	9	1.053.683	432.851
Passivo de arrendamento		8.472	9.304
Passivo de arrendamento		8.472	9.304
PROVISÕES		400.610	381.348
Provisões	13	292.018	308.388
Outros passivos	10	75.101	72.351
Redução ao valor recuperável - garantias		33.491	609
PASSIVOS FISCAIS		36.586	27.082
Passivos fiscais – correntes	11	36.586	27.082
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.623.063	1.640.968
Capital	17	996.551	996.551
Reservas	17	626.512	644.417
Total do Passivo		9.493.242	5.602.684

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Demonstrações do Resultado

	Nota	31/12/2020	31/12/2019 REAPRESENTADO
Receitas de juros e rendimentos		209.211	270.840
Despesas de juros e rendimentos		(113.559)	(114.996)
Resultado Líquido de juros e rendimento	20	95.652	155.844
Receita de variação cambial		87.581	120.657
Despesa de variação cambial		(40.919)	(70.946)
Resultado de variação cambial	20	46.662	49.710
Receitas de serviços e comissões		134.574	130.297
Despesas com serviços e comissões		(12.466)	(16.557)
Resultado líquido de serviços e comissões	21	122.108	113.740
Resultado de instrumentos financeiros	22	18.458	(16.828)
Ganhos ou perdas com instrumentos financeiros	23	31.220	15.088
Resultado de instrumentos financeiros		49.678	(1.740)
Resultado de redução ao valor recuperável		(67.823)	(427)
Despesas com pessoal	24	(143.169)	(110.225)
Depreciação e amortização	25	(3.381)	(2.482)
Outras receitas/despesas	26	(19.301)	(15.085)
Despesas tributárias	27	(21.526)	(17.853)
Outras despesas administrativas	28	(90.092)	(66.590)
Resultado antes do imposto		(31.192)	104.892
Impostos corrente e diferido	18	8.842	(5.697)
Resultado líquido do exercício		(22.350)	99.195
Quantidade de ações		801.494.530	801.494.530
(Prejuízo) / Lucro básico por ação R\$	16	(0.03)	0.13

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	2020	2019
Resultado líquido do exercício	(22.350)	99.195
Instrumentos Financeiros ao Valor Justo	(1.294)	(780)
Ajuste atuarial	5.739	(9.595)
Resultado abrangente total no exercício	(17.905)	88.820

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital realizado	Reservas de lucros	Lucros / (Prejuízos Acumulados)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	996.551	605.597	-	1.602.148
Resultado do exercício	-	-	99.195	99.195
Outras reservas (nota 26.b)	-	99.195	(99.195)	-
Ajuste Patrimonial	-	(10.375)		(10.375)
Juros sobre o capital próprio (nota 26.d)	-	(50.000)		(50.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	996.551	644.417	-	1.640.968
Resultado do exercício	-	-	(22.350)	(22.350)
Outras reservas (nota 26.b)	-	(22.350)	22.350	-
Ajuste Patrimonial	-	4.445		4.445
Saldos em 31 de dezembro de 2020	996.551	626.512	-	1.623.063

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Notas	2020	2019
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		892.773	(121.792)
Lucro líquido do exercício		(22.350)	99.195
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		8.347	(45.804)
Despesas de depreciação e amortização	24	3.381	2.482
Provisão para passivos contingentes	14	(1.214)	-
Despesas com atualização monetárias de processos judiciais	25	2.847	7.600
Receita com atualização depósitos judiciais	25	(4.414)	-
Efeitos da variação cambial nas operações de ativo/passivo		(54.047)	(42.439)
Efeitos da variação cambial nos empréstimos e repasses		40.919	(5.027)
Efeitos da variação cambial em outros ativos/passivos		(33.534)	(2.244)
Provisão para redução a valor recuperável		67.823	427
Variação nos resultados de exercícios futuros		-	(2.155)
Outros resultados abrangentes		4.445	(10.375)
Passivo de arrendamento		(9.017)	230
Imposto diferido		(8.842)	5.697
(Aumento)/redução dos ativos operacionais		(1.356.216)	53.747
Ativos financeiros ao custo amortizado		(252.379)	203.777
Ativos financeiros ao valor justo no resultado		(526.949)	(33.604)
Ativos financeiros ao valor justo outros resultados abrangentes		(575.621)	(26.563)
Créditos tributários ativos		(32.003)	(38.306)
Outros ativos		30.736	(51.557)
Aumento/(redução) dos passivos operacionais		2.262.992	(228.930)
Passivos financeiros ao custo amortizado		1.617.347	(247.963)
Passivos financeiros ao valor justo no resultado		620.832	213.811
Passivos fiscais		9.505	(210.901)
Outros passivos		15.308	16.123
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos		1.821	(55.177)
Baixa de ativo tangível		1.821	(5.177)
Juros sobre capital próprio a receber			(50.000)
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		1.421.378	(766.546)
Ativos financeiros ao custo amortizado		(180.053)	(708.056)
Passivos financeiros ao custo amortizado		1.601.431	(58.490)
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa		2.315.972	(943.515)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:			
Início do exercício	6	1.804.623	2.748.138
Fim do exercício	6	4.120.595	1.804.623
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		2.315.972	(943.515)

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (“Banco”), com sede em São Paulo, está organizado sob a forma de banco múltiplo autorizado a operar com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio. O Banco é uma subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft com sede em Frankfurt - Main, Alemanha.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

No âmbito da Resolução CMN nº 3786, as demonstrações financeiras do Banco estão sendo preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

As IFRS incluem as normas contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de março de 2021.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foram as primeiras a serem elaboradas de acordo com o IFRS, sendo 1º de janeiro de 2011 a data da adoção inicial (balanço patrimonial de abertura).

As demonstrações financeiras são preparadas no pressuposto da continuidade de negócios. A administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão sendo reapresentadas devido à abertura dos saldos de Margem Financeira no valor de R\$ 205.554 (originalmente apresentado na demonstração financeira emitida de 2019) na Demonstração do Resultado do Exercício em Resultado Líquido de juros e rendimentos no montante de R\$ 155.844 e Resultado de variação cambial no montante de R\$ 49.710. A reapresentação não alterou o resultado do exercício e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para:

- Instrumentos financeiros derivativos, mensurados pelo valor justo.
- Instrumentos financeiros a valor justo pelo resultado ou outros resultados abrangentes.
- Passivos de planos de benefícios definidos, mensurados como o valor presente das obrigações atuariais menos o total líquido dos ativos do plano, mais os ganhos atuariais não reconhecidos, menos os custos dos serviços passados e perdas atuariais não reconhecidas.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$) de acordo com a moeda funcional do Banco.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destes estimados.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

Em particular, informações sobre incertezas em estimativas de áreas significativas e julgamentos críticos na aplicação de políticas contábeis que possuem o maior efeito significativo nos saldos registrados nas demonstrações financeiras estão descritas na Nota Explicativa nº 4.

e) Adoção de novas normas e interpretações

Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2020:

- **Estrutura Conceitual (Conceptual Framework)** - As principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e não houve impactos nas demonstrações financeiras do Banco.

- **Interest Rate Benchmark Reform (IBOR Reform) Fase I – Alterações na IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações** – Devido à reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado – IBOR (Interbank Offered Rate), que será finalizada em períodos futuros, poderá haver incertezas nas avaliações das estruturas de hedge accounting. As alterações normativas visam minimizar eventuais impactos nessas estruturas no cenário atual de pré-substituição de taxas. Será aplicada a isenção normativa de que essas taxas não serão substituídas durante o período de incerteza nas análises de relacionamentos de hedge accounting. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e serão aplicadas até que ocorra a efetiva substituição das IBORs ou os relacionamentos de hedge accounting sejam descontinuados. Não foram identificados impactos nas demonstrações financeiras do Banco no período de pré-substituição das IBORs.

☐ **Alterações na IFRS 16 – Arrendamentos:** Expediente prático que permite aos arrendatários não caracterizar as concessões feitas ao arrendamento motivadas pela pandemia da COVID-19 como modificação de contrato. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de junho de 2020, sendo permitida a adoção antecipada, não houve impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas.

3. Políticas contábeis significativas

As políticas contábeis discriminadas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras do Banco são individuais. O Banco não possui entidades a serem consolidadas.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio, para as respectivas moedas funcionais em vigor na data da transação. Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado.

Os ativos e os passivos não monetários registrados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e os passivos de operações no exterior, inclusive o ágio e os ajustes do valor justo provenientes de aquisição, são convertidos em Reais pelas taxas cambiais em vigor na data da demonstração. As receitas e as despesas de operações no exterior são convertidas em Reais pelas taxas cambiais vigentes nas datas das transações.

c. Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas nas demonstrações do resultado, na rubrica de receitas e despesas financeiras, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro e não sofre revisões posteriores.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, os custos da transação, os descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis a aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e as despesas de juros apresentadas nas demonstrações de resultados incluem:

- Juros em ativos e passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado, com base em taxa efetiva de juros;
- Juros em títulos de investimento disponíveis para venda, com base em juros efetivos;
- A parte efetiva de derivativos de *hedge* qualificados e designados em um *hedge* de fluxo de caixa, se o item protegido é lançado em receitas/despesas de juros;
- Alterações no valor justo de derivativos qualificados e nos itens protegidos quando o risco de taxa de juros é o risco protegido.

Receitas e despesas de juros em todos os ativos e passivos de negociação são consideradas incidentes às operações de negociação e são apresentadas nas demonstrações dos resultados na rubrica de resultado de

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

instrumentos financeiros para negociação.

As alterações de valor justo em outros derivativos retidos para fins de gerenciamento de risco, e outros ativos e passivos financeiros contabilizados por seu valor justo no resultado, são apresentadas nas demonstrações do resultado na rubrica resultados de instrumentos financeiros para negociação.

d. Serviços e comissões

As receitas de serviços e comissões, exceto as incidentes sobre um ativo ou passivo financeiro as quais são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros, são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

e. Resultado de instrumentos financeiros para negociação

O resultado de instrumentos financeiros para negociação inclui os ganhos e as perdas relacionados com os ativos e os passivos financeiros mantidos para negociação, e inclui todas as alterações realizadas ou a realizar de valor justo, juros, dividendos e diferenças cambiais.

f. Resultado de outros instrumentos financeiros a valor justo pelo resultado

O resultado de instrumentos financeiros a valor justo pelo resultado refere-se a derivativos não qualificados mantidos para objetivos de gerenciamento de risco e a ativos e passivos financeiros contabilizados por seus valores justos no resultado, e inclui todas as alterações do valor justo, dos juros, dos dividendos e das diferenças cambiais, realizados ou a realizar e são apresentados em resultados de instrumentos financeiros de negociação.

g. Dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando é estabelecido o direito do recebimento do respectivo valor.

h. Despesa de imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda compreende impostos correntes e diferidos, sendo reconhecida nas demonstrações dos resultados, exceto se for referente a itens reconhecidos diretamente no patrimônio; nesse caso, é reconhecida no patrimônio.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para as empresas financeiras, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei no 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos “Bancos” de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

adicional de 10% sobre determinados limites, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos.

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos anos anteriores.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou da reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis os mesmos foram constituídos.

Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

Despesas adicionais de imposto de renda, que provêm da distribuição de dividendos, são reconhecidas no momento em que as despesas de dividendos a pagar são reconhecidas.

- i. **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros:** emitido em seu formato final em julho de 2014, o International Accounting Standards Board (IASB) aprovou o IFRS 9, que substituiu a IAS 39 Instrumentos Financeiros, de acordo com as diretrizes definidas pelo G-20 (grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos Bancos Centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Européia) em abril de 2009, estabelecendo os requerimentos e mensuração dos instrumentos financeiros, avaliação de impairment e hedge accounting Despesa de imposto de renda e contribuição social.

IFRS 16 – Arrendamento – o pronunciamento substitui a IAS 17 – Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em : (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para os exercícios iniciados em 2019.

i. Ativos e passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O Banco reconhece inicialmente empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos da dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados.

Todos os outros instrumentos financeiros (inclusive compras e vendas regulares de ativos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, que corresponde a data na qual o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo ou passivo financeiro é mensurado inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de item não mensurado ao valor justo, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

ii. Classificação

Ativos financeiros

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:

- O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto.

Um instrumento da dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:

- O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital não mantido para negociação, o Banco pode optar de maneira irrevogável por apresentar alterações subsequentes do valor justo por meio de “Outros resultados abrangentes (VJORA)”. Esta opção é feita considerando cada investimento individualmente e não foi utilizada pelo Banco.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Além disso, no reconhecimento inicial, o Banco pode irrevogavelmente designar ao valor justo por meio do resultado um ativo financeiro que, de outra forma, atenda às exigências de mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, caso essa designação elimine ou reduza substancialmente um descasamento contábil que poderia existir. Essa opção não foi utilizada pelo Banco.

iii. Avaliação do modelo de negócios

O Banco avalia o objetivo de seus modelos de negócios, nos quais os ativos são mantidos em nível de portfólio para avaliar como o negócio é administrado e informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas compreendem:

- Políticas e objetivos definidos para a carteira e a aplicação dessas políticas na prática. Com destaque sobre, se a estratégia da Administração está focada em auferir receitas de juros contratuais, manter um perfil específico de taxa de juros ou adequar a duração dos ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Banco;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro daquele modelo de negócios) e como esses riscos são administrados;
- Como os gestores do negócio são remunerados por exemplo, se a remuneração está relacionada ao valor justo dos ativos ou dos fluxos de caixa contratuais recebidos;

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

- A frequência, o volume e o momento das vendas em períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre as vendas futuras. As informações sobre a atividade de vendas não são consideradas isoladamente, mas como parte de uma avaliação geral de como o objetivo definido pelo Banco para administrar os ativos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou administrados, cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, são mensurados ao valor justo por meio do resultado, pois não são mantidos para receber fluxos de caixa contratuais nem mantidos para receber fluxos de caixa contratuais e vender ativos financeiros.

iv. Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros

Para fins desta avaliação, define-se “principal” como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Define-se “juros” como a contraprestação para o valor da moeda no tempo e para o risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um período específico e para outros riscos e custos básicos dos empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como para a margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros, o Banco considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia alterar o prazo ou valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que não atenderia esta condição. Ao realizar a avaliação, o Banco considera:

- eventos contingentes que alterariam o valor e prazo dos fluxos de caixa;
- alavancagem;
- prazos de pagamento antecipado e extensão;
- termos que limitem o direito do Banco aos fluxos de caixa de ativos; e
- recursos que modifiquem a contraprestação do valor da moeda no tempo, por exemplo, reajuste periódico das taxas de juros.

v. Reclassificações de categorias dos ativos financeiros

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no período após o Banco alterar seu modelo de negócio para administrar os ativos financeiros.

vi. Baixa de ativos financeiros

O Banco baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Banco não transfere e nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não controla o ativo financeiro.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo (ou valor contábil alocado à parcela do ativo baixado) e a soma (i) da contraprestação recebida (inclusive qualquer novo ativo obtido, deduzido de qualquer novo passivo assumido) e (ii) eventuais ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas por meio de “Outros resultados abrangentes” é registrada no resultado.

A partir da data de primeira adoção do IFRS 9, eventuais ganhos/perdas acumulados e reconhecidos por meio de “Outros resultados abrangentes” com relação aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não são registrados no resultado mediante a baixa destes títulos.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

O Banco realiza operações nas quais transfere os ativos reconhecidos em seu balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos ou parte deles. Nestes casos, os ativos transferidos não são baixados. São exemplos dessas operações as cessões de carteiras de empréstimos com coobrigação.

Em operações nas quais o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade de um ativo financeiro e detém controle do ativo, o Banco continua a reconhecer o ativo na extensão de seu envolvimento contínuo, determinado pela extensão a que está exposto a alterações no valor do ativo transferido.

vii. Baixa de passivos financeiros

O Banco baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou quando vencem.

viii. Taxa de juros efetiva

A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exclusivamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros, estimados durante a vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou o custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera perdas de crédito esperada se inclui custos de transação, prêmios ou descontos e taxas pagos ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de origem.

e.1) Modificações nos ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

Caso os termos de um ativo financeiro sejam modificados, o Banco avalia se os fluxos de caixa do ativo modificado são substancialmente diferentes. Caso os fluxos de caixa sejam substancialmente diferentes, os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro original serão considerados vencidos. Neste caso, o ativo financeiro original é baixado e um novo ativo financeiro é reconhecido ao valor justo.

ii. Práticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2018

Caso os fluxos de caixa do ativo modificado mensurado ao custo amortizado não sejam substancialmente diferentes, a modificação não resulta em baixa do ativo financeiro. Neste caso, o Banco recalcula o valor contábil bruto do ativo financeiro e reconhece o valor resultante dos ajustes ao valor contábil bruto como ganho ou perda de modificação no resultado.

Caso uma modificação dessa natureza seja realizada devido as dificuldades financeiras do devedor, ganhos ou perdas são apresentados em conjunto com as perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”). Em outros casos, são apresentados como receita de juros.

iii. Receita de juros

A receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto dos ativos financeiros, exceto:

(a) Ativos financeiros adquiridos ou originados com *impairment* de crédito, para os quais a taxa de juros efetiva original ajustada ao crédito é aplicada ao custo amortizado do ativo financeiro.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

(b) Ativos financeiros que não são adquiridos ou originados com *impairment* de crédito, mas posteriormente apresentaram evento de inadimplência (ou "estágio3"), para os quais a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao seu custo amortizado líquido da provisão.

iv. Instrumentos patrimoniais

Os instrumentos patrimoniais são aqueles que atendem à definição de patrimônio líquido do ponto de vista do emissor, ou seja, instrumentos que não contenham uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciem um interesse residual no patrimônio líquido do emissor. São exemplos os instrumentos de capital que incluem ações ordinárias.

Geralmente, todos os instrumentos patrimoniais são mensurados ao valor justo através de resultados, exceto nos casos em que a Administração do Banco tenha eleito, no momento do reconhecimento inicial, a designação irrevogável de um investimento de patrimônio pelo justo valor através de outro resultado abrangente. As perdas por redução ao valor recuperável (e a reversão de perdas por redução ao valor recuperável) não são contabilizadas separadamente de outras variações no valor justo.

Com relação aos dividendos, quando representam um retorno sobre tais investimentos, continuam a ser reconhecidos no resultado como outros rendimentos quando o Banco possui o direito de receber pagamentos.

v. Passivos financeiros

O Banco baixa um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Nesse caso, um novo passivo financeiro é reconhecido ao valor justo com base nos termos modificados. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e o novo passivo financeiro com termos modificados é reconhecida no resultado.

vi. Compensação

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Banco atualmente tem um direito legalmente exequível de compensar os valores e a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Receitas e despesas são apresentadas em uma base líquida somente quando permitido pelas IFRS's ou para ganhos ou perdas resultantes de um grupo de operações semelhantes, como na atividade de negociação do Banco.

vii. Mensuração ao valor justo

O "valor justo" corresponde ao preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data da mensuração no mercado principal ou, em sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Banco tenha acesso naquela data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de inadimplemento.

Quando há um disponível, o Banco mensura o valor justo de um instrumento com base no preço cotado neste mercado para aquele instrumento. Um mercado é considerado ativo e as operações para o ativo ou passivo ocorrem com regularidade e volume suficientes para fornecer informações sobre preços de forma contínua.

Caso não haja preço cotado em um mercado ativo, o Banco utiliza técnicas de avaliação para maximizar o uso das informações observáveis relevantes e minimizar o uso de informações não observáveis. A técnica de

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

avaliação escolhida incorpora todos os fatores que seriam considerados pelos participantes do mercado ativo na precificação de uma operação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro, no reconhecimento inicial, corresponde normalmente ao preço da operação, ou seja, o valor justo da contraprestação paga ou recebida. Caso o Banco determine que o valor justo, no reconhecimento inicial, difere do preço da operação e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, nem baseado em uma técnica de avaliação para a qual quaisquer informações não observáveis são consideradas irrelevantes com relação à mensuração, o instrumento financeiro será inicialmente mensurado ao valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da operação. Essa diferença é posteriormente reconhecida no resultado de forma adequada com base na vida do instrumento, mas até que a avaliação seja integralmente suportada por dados observáveis de mercado ou a operação seja encerrada.

Se um ativo ou passivo mensurado ao valor justo tem um preço de compra e um preço de venda, o Banco mensura os ativos e as posições compradas a um preço de compra e os passivos e as posições vendidas a um preço de venda.

O valor justo de um passivo financeiro com um recurso à vista (por exemplo, um depósito à vista) não é inferior ao valor a pagar à vista, descontado a partir da primeira data na qual o pagamento do valor poderia ser exigido.

viii. Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

O Banco reconhece provisões para perdas de crédito esperadas com relação aos seguintes instrumentos financeiros que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado:

- ativos financeiros que sejam instrumentos da dívida;
- contratos de garantia financeira emitidos;
- compromissos de empréstimo emitidos.

Nenhuma perda por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) é reconhecida em instrumentos de capital.

O Banco mensura as provisões para perdas a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil, exceto para os instrumentos a seguir, para os quais são registradas como perdas de crédito esperadas em 12 meses:

- instrumentos de dívida que apresentam um baixo risco de crédito na data de encerramento; e
- outros instrumentos financeiros nos quais o risco de crédito não aumenta substancialmente desde seu reconhecimento inicial.

ix. Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada por probabilidade das perdas de crédito. São mensuradas da seguinte forma:

- ativos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como o valor presente de todas as insuficiências de caixa, ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber;
- ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como a diferença entre o valor contábil bruto e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados;

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

- compromissos de empréstimo a liberar: como o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos ao Banco caso o compromisso seja utilizado na totalidade e os fluxos de caixa que o Banco espera receber; e;
- contratos de garantia financeira: pagamentos esperados para reembolsar o titular, deduzidos de eventuais valores que o Banco espera recuperar.

x. Ativos modificados

Se os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados ou um ativo financeiro existente é substituído por um novo ativo devido a dificuldades financeiras do devedor, é necessário avaliar se o ativo financeiro deve ser baixado e as perdas de crédito esperadas são mensuradas da seguinte forma:

- caso a reestruturação esperada não resulte em baixa do ativo existente, os fluxos de caixa esperados e advindos do ativo financeiro modificado são incluídos no cálculo das insuficiências de caixa do ativo existente.
- caso a reestruturação esperada resulte em baixa do ativo existente, o valor justo esperado do novo ativo é tratado como fluxo de caixa final do ativo financeiro existente no momento de sua baixa.

Este valor é incluído no cálculo das insuficiências de caixa de correntes do ativo financeiro existente descontadas a partir da data estimada de baixa até a data de encerramento, utilizando a taxa de juros efetiva original do ativo financeiro existente.

xi. Determinação de aumentos significativos no risco de crédito e reconhecimento da perda de crédito esperada pela redução do valor recuperável de ativos ("impairment")

Em cada data de apuração de seus balanços patrimoniais, o Banco avalia se os ativos financeiros registrados ao custo amortizado e os instrumentos financeiros de dívida registrados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes estão sujeitos à redução ao valor recuperável, bem como, outros instrumentos financeiros sujeitos a essa avaliação.

Um ativo financeiro está "sujeito à redução ao valor recuperável" quando um ou mais eventos que exerçam um impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido.

As evidências de que um ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável incluem os seguintes dados observáveis:

- dificuldade financeira significativa do devedor ou emissor;
- atrasos de suas obrigações contratuais;
- quebra de contrato, como inadimplência ou atraso;
- a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento pelo Banco em condições que o Banco não consideraria como interessantes para realizar;
- a probabilidade de que o devedor entre em falência ou outra reorganização financeira; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título devido a dificuldades financeiras;
- um empréstimo que tenha sido renegociado devido à deterioração na condição do mutuário, é geralmente considerado como sujeito à redução ao valor recuperável, a menos que haja evidência de que o risco de não receber os fluxos de caixa contratuais tenha sido reduzido significativamente e não há nenhum outro indicador de "impairment".

Todos os empréstimos e adiantamentos e títulos a custo amortizado individualmente significativos foram submetidos a um teste específico de redução ao valor recuperável. Empréstimos e adiantamentos e títulos a custo amortizado não considerados como individualmente significativos, foram coletivamente submetidos a

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

teste de redução ao valor recuperável por meio do agrupamento de empréstimos e adiantamentos e títulos a custo amortizado com características de risco de crédito semelhantes.

xii. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

As provisões para perdas de crédito esperadas são apresentadas no balanço patrimonial da seguinte forma:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: como uma dedução do valor contábil bruto dos ativos;
- compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira: como uma provisão; e
- instrumentos da dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: nenhuma provisão perdas é reconhecida no balanço patrimonial, pois o valor contábil desses ativos corresponde ao valor justo.

xiii. Avaliação individual ou coletiva

Uma mensuração individual de *impairment* se baseou na melhor estimativa da Administração do valor presente dos fluxos de caixa cujo recebimento era esperado. Ao estimar estes fluxos de caixa, a Administração exerceu julgamento quanto à situação financeira de um devedor e ao valor líquido realizável de qualquer garantia subjacente. Cada ativo reduzido ao valor recuperável foi avaliado com relação aos seus méritos, ao passo que a estratégia de teste e a estimativa dos fluxos de caixa considerados recuperáveis, foram aprovadas pelos responsáveis de risco de crédito do Banco.

Ao avaliar a necessidade de provisão coletiva para perdas, a Administração considerou fatores como qualidade de crédito, tamanho da carteira, concentrações e fatores econômicos. Para estimar a provisão necessária, foram estabelecidas premissas para definir como as perdas inerentes estavam modeladas e para determinar os parâmetros de dados necessários, com base na experiência histórica e nas condições econômicas atuais.

xiv. Mensuração da redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos mensurados ao custo amortizado foram calculadas como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados pela taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas por redução ao valor recuperável em ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes foram calculadas como a diferença entre o valor contábil e o valor justo.

xv. Reversão da redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Para ativos mensurados ao custo amortizado: Caso um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável tenha causado a redução no valor da perda por redução do valor recuperável, a redução na perda por redução do valor recuperável foi revertida por meio do resultado.

Para títulos da dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Se, em um período subsequente, o valor justo de um título da dívida reduzido ao valor recuperável tenha aumentado e esse aumento pôde ser objetivamente atrelado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda por redução ao valor recuperável foi revertida por meio do resultado; caso contrário, qualquer aumento no valor justo foi reconhecido por meio de outros resultados abrangentes.

Qualquer recuperação subsequente no valor justo de um título patrimonial mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e reduzido ao valor recuperável foi reconhecida a qualquer momento em outros resultados abrangentes.

e.2) Designação ao valor justo por meio do resultado

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

i. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, o Banco designou determinados ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, pois esta designação elimina ou reduz significativamente um descasamento contábil.

e.3) Valores de perdas de crédito esperada

Informações, premissas e técnicas utilizadas na estimativa da redução ao valor recuperável (“impairment”):

i. Classificação de instrumentos financeiros por estágios

A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a *impairment* está dividida em três níveis, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito:

- Estágio 1: Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;
- Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito como atraso, assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada ou operações incluídas em um acordo especial; e
- Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

ii. Metodologia de estimativa de *impairment*

A mensuração da perda esperada se realiza através dos seguintes fatores:

- Exposição a Inadimplência ou EAD (*Expected Default*): é o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo a relação de saldo atual disponível que poderiam ser fornecidos no momento da inadimplência. Os modelos desenvolvidos incorporam premissas sobre as mudanças no cronograma de pagamento das operações.
- Probabilidade de Inadimplência PD (*Probability of Default*) : é definido como a probabilidade de que a contraparte possa não cumprir as suas obrigações para pagar o principal e/ou juros. Para efeitos do IFRS 9, serão considerados ambos: PD-12 meses, que é a probabilidade de que o instrumento financeiro entre em inadimplência durante os próximos 12 meses bem como a PD-tempo de vida, que considera a probabilidade de que a operação entre em inadimplência entre a data do balanço e a data de vencimento residual da operação. A norma exige que informações futuras relevantes para a estimativa desses parâmetros devem ser consideradas.
- Perda por Inadimplência LGD (*Loss given Default*): é o valor não recuperado pelo credor frente ao valor do empréstimo concedido, ou seja, a porcentagem de exposição que não pode ser recuperado em caso de

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

inadimplência. Depende, principalmente, das garantias associadas à operação, que são consideradas como fatores de mitigação de riscos associados a cada ativo financeiro de crédito e aos fluxos de caixa futuros esperados a serem recuperados. Conforme estabelecido na normativa, deve ser levada em conta informação futura para sua estimativa.

- Taxa de desconto: é a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, para trazê-los ao valor presente.

Para a estimativa dos parâmetros supracitados, o Banco tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

iii. Definição de inadimplência

O Banco considera que um ativo financeiro está em situação de inadimplência quando:

- for provável que o devedor não pagará integralmente suas obrigações de crédito ao Banco; ou
- o devedor apresenta obrigações de crédito significativas perante o Banco vencidas há mais de 90 dias, como regra geral.

Os saques a descoberto são considerados vencidos caso o cliente viole um limite recomendado ou o limite inicialmente concedido tenha sido reduzido em função do montante atual em aberto.

Ao avaliar se um devedor está inadimplente, o Banco considera indicadores:

- qualitativos – por exemplo, violações às cláusulas restritivas (*covenants*);
- quantitativos – por exemplo, status de vencido e não pagamento de outra obrigação do mesmo emissor perante o Banco; e
- baseados em dados coletados internamente e obtidos de fontes externas.

j. Ativos imobilizados

(i) Reconhecimento e avaliação

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo menos a depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Benfeitorias em imóveis de terceiros é de acordo com o prazo do contrato de locação.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado.

(ii) Custos subsequentes

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos para o Banco e o seu custo seja mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um bem do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para a atualidade e os períodos comparativos são os seguintes:

Sistemas e processamentos de dados	5 anos
Móveis, utensílios, máquinas e equipamentos	10 anos

O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são reavaliados a cada data de balanço.

k. Outros Ativos

Refere-se substancialmente aos valores em moedas estrangeiras que estão atualizadas às taxas oficiais de câmbio em vigor na data do encerramento do exercício e são acrescidas de encargos contratuais atualizados “pro rata dia”.

l. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros do Banco, exceto outros valores e bens e ativos de impostos diferidos, são revisados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de redução ao valor recuperável. Caso haja tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável do ágio é estimado a cada data de publicação do balanço.

É reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável se o valor de contabilização de um ativo ou a sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em relação às unidades geradoras de caixa são distribuídas primeiramente para reduzir o valor de contabilização de qualquer ágio distribuído às unidades e depois para reduzir o valor de contabilização dos demais ativos da unidade (ou grupo de unidades) em bases *pro rata*.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a ágio não é revertida. No tocante a outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de balanço para detectar indicações de que a perda tenha diminuído ou não exista mais. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram identificados qualquer ativo que se classifique para fins de redução ao valor recuperável.

M. Depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados

Os depósitos, os títulos emitidos e os passivos subordinados são as fontes com que o Banco conta para captação.

Os depósitos, os títulos emitidos e os passivos subordinados são inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que o Banco decide registrar os passivos a valor justo no resultado.

O Banco contabiliza alguns depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados a valor justo, sendo as mudanças de valor justo reconhecidas imediatamente no resultado conforme descrito na política contábil i (v).

N. Provisões

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata dia”) e cambiais incorridos. As provisões para contingências, de quaisquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. As contingências são registradas de acordo com o estabelecimento no IAS 37 passivos contingentes e ativos contingentes. A provisão é considerada suficiente para cobrir prováveis perdas que possam ser incorridas pelo Banco.

O. Garantias financeiras

Garantias financeiras são contratos que requerem do Banco pagamentos específicos perante o possuidor da garantia financeira por uma perda incorrida por este quando um devedor específico deixou de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida.

Passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira. O passivo de garantia é subsequentemente contabilizado pelo que for superior entre o valor amortizado e o valor presente do pagamento esperado (quando um pagamento relativo a garantia tornar-se provável). As garantias financeiras são classificadas em outros passivos.

P. Benefícios aos empregados

Os benefícios concedidos aos funcionários são: seguro de vida, seguro saúde e odontológico, vale alimentação, vale refeição, auxílio creche e babá, vale transporte e estacionamento, sendo que nenhum destes benefícios é considerado parte do salário.

A despesa referente a estes benefícios é reconhecida no mesmo período da prestação de serviço por parte do funcionário.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

q. Lucro por ação

O Banco apresenta dados de lucro por ação básico para suas ações ordinárias. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias.

r. Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotados

Durante os últimos anos foram emitidas e revisadas normas para melhorias das IFRS, sendo estas interpretações efetivas para períodos anuais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2016. Essas melhorias nas IFRS compreendem alterações que resultam em mudanças contábeis para o propósito de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, reconhecimento ou mensuração, como também terminologias ou alterações relacionadas a diversas normas das IFRS.

A seguir são apresentados os pronunciamentos emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros:

- *Interest Rate Benchmark Reform (IBOR Reform)* Fase II – Alterações na IFRS 4 – Contratos de Seguro, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IFRS- Arrendamentos e IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração: Fase II da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado (IBOR). As alterações resumem-se em:

Modificação de ativos e passivos financeiros: Expediente prático que permite substituir, como consequência da reforma, a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente, sem desreconhecimento do contrato;

Hedge accounting: Fim das isenções para avaliação da efetividade dos relacionamentos de *hedge* (Fase I) com o reconhecimento em resultado da parcela inefetiva, criação de subcarteiras para segregação dos contratos com as taxas alteradas para *hedges* de grupo de itens, prazo de 24 meses para identificação e segregação de novo risco baseado na alteração das taxas de juros, e atualizações nas documentações de *hedge*;

Divulgação: Requerimentos sobre a divulgação dos riscos em que a entidade está exposta pela reforma, o gerenciamento deste risco e da evolução da transição das IBORs.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021 e não há expectativas de impactos para o Banco, pois não há registros em nenhum dos itens mencionados nos pronunciamentos alterados.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A Administração avalia junto aos comitês interno o desenvolvimento, a seleção e a divulgação de informações sobre as políticas e estimativas contábeis significativas do Banco e suas respectivas aplicações.

Essas divulgações complementam os comentários sobre identificação e avaliação de redução ao valor recuperável contemplados na nota explicativa 3.q

Fontes fundamentais de incerteza nas estimativas

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis

A eventual perda por redução ao valor recuperável dos ativos registrados pelo custo amortizado é avaliada segundo as bases descritas na política contábil.

O específico componente da contraparte no total de provisões para redução ao valor recuperável aplica-se a valores avaliados individualmente e é baseado na melhor estimativa da administração do valor presente dos recebimentos previstos. Na estimativa desses fluxos de caixa, a Administração avalia a situação financeira da contraparte e do valor líquido realizável de qualquer garantia relacionada.

As provisões de redução ao valor recuperável calculadas coletivamente cobrem as perdas de crédito inerentes a carteiras de créditos com características econômicas similares quando existem evidências objetivas que elas contêm créditos com redução ao valor recuperável que não podem ser identificados individualmente. Um dos componentes das provisões calculadas coletivamente é o risco país. Ao avaliar a necessidade de provisões coletivas para devedores duvidosos, a Administração leva em consideração fatores como qualidade de crédito, tamanho da carteira, concentrações e fatores econômicos. Para estimar a provisão necessária, são assumidas premissas para definir a forma de modelagem das perdas inerentes e determinar os padrões de entrada necessários, baseados na experiência histórica e nas condições econômicas presentes. A precisão das provisões depende, no caso de contrapartes específicas, da qualidade dessas estimativas de recebimentos futuros e das premissas e dos parâmetros do modelo utilizado para determinação das provisões coletivas.

A utilização de metodologias alternativas e de outras premissas e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados apresentados.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base em cotações de mercados ativos, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor do dinheiro no tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do valor justo. Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, pode resultar em resultados financeiros diferentes daqueles apresentados.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina a existência de redução ao valor recuperável nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização permanente ou de valor significativo no seu valor justo. A determinação de uma desvalorização permanente ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, o Banco avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinadas premissas ou julgamento no estabelecimento das estimativas do valor justo.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes premissas e estimativa poderá resultar em um nível diferente de perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

Opiniões subjetivas críticas na aplicação das políticas contábeis do Banco

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Classificação de ativos e passivos financeiros

As políticas contábeis do Banco fornecem o escopo para, em determinadas circunstâncias, classificar ativos e passivos em diferentes categorias contábeis quando do seu reconhecimento inicial:

- Para a classificação de ativos ou passivos financeiros como “Destinados à negociação”, o Banco determinou que eles atendem à definição apresentada na política contábil 3.k.
- Para ativos ou passivos financeiros ao valor justo através de resultados, o Banco determinou que eles atendem a um dos critérios definidos na política contábil 3.i (viii) para tal classificação.
- Para a classificação de ativos ou passivos financeiros como mantidos até o vencimento, o Banco mantém políticas rígidas que determinam a manifestação clara sobre a intenção e a capacidade de mantê-los até a data do vencimento. Não há ativos ou passivo classificados nessa categoria nos exercícios findos em 2020 e 2019.

5. Ajustes para as IFRS

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, estas são as demonstrações financeiras preparadas pelo Banco de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

As políticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3 foram utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Apresentamos a seguir os efeitos para as IFRS na posição financeira do Banco em 31 de dezembro de 2020:

ATIVO	Notas	BRGAAP 31/12/2020	Ajustes	IFRS 31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa		4.120.595		4.120.595
ATIVOS FINANCEIROS				
Mensurados ao custo amortizado		2.661.158	6.713	2.667.871
Instrumentos de dívida		532.857		532.857
Créditos a clientes e recebíveis		2.173.291		2.173.291
Redução ao valor recuperável	a	(44.990)	6.713	(38.277)
Mensurados ao valor justo no resultado	b	744.505	(2.833)	741.672
Instrumentos financeiros derivativos		744.505	(2.833)	741.672
Mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		1.487.448	-	1.487.448
Instrumentos de dívida		1.487.448	-	1.487.448
ATIVO IMBOLIZADO	c	14.142	8.184	22.326
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		309.476	(26.336)	283.140
Ativos tributários correntes		35.867		35.867
Ativos tributários diferidos	d	273.609	(26.336)	247.273
OUTROS ATIVOS		170.190		170.190
TOTAL DO ATIVO		9.507.514	(14.272)	9.493.242

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	BRGAAP 31/12/2020	Ajustes	IFRS 31/12/2020
PASSIVO FINANCEIRO				
Mensurado ao custo amortizado		<u>6.370.828</u>	-	<u>6.370.828</u>
Depósitos de clientes		2.984.329	-	2.984.329
Depósitos de instituições financeiras		385.516	-	385.516
Empréstimos e financiamentos		3.000.983	-	3.000.983
Mensurado ao valor justo no resultado		<u>1.053.683</u>		<u>1.053.683</u>
Instrumentos Financeiros Derivativos	d	1.053.683		1.053.683
Passivo de Arrendamento		= -	<u>8.472</u>	<u>8.472</u>
Passivo de arrendamento		-	8.472	8.472
PROVISÕES		<u>455.542</u>	<u>(54.932)</u>	<u>400.610</u>
Provisões		292.018	-	292.018
Outros passivos		75.101	-	75.101
Redução ao valor recuperável	a	88.423	(54.932)	33.491
PASSIVOS FISCAIS		<u>36.587</u>	<u>-</u>	<u>36.586</u>
Passivos tributários correntes		36.587	-	36.586
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.590.874</u>	<u>32.189</u>	<u>1.623.063</u>
Capital		996.551	-	996.551
Reservas	e	594.323	32.189	626.512
TOTAL DO PASSIVO		<u>9.507.514</u>	<u>(14.272)</u>	<u>9.493.242</u>

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Comentários sobre os ajustes:

a) Mensurados ao custo amortizado:

Redução ao valor recuperável: IFRS9 - R\$ 48.219 (2019 - R\$ 6.427).

Os ajustes são oriundos da redução do valor recuperável no valor de R\$ (6.713), (2019 – R\$ 5.818) e redução no valor recuperável registrado no passivo sobre compromissos de empréstimos e contratos de garantias financeiras no valor de R\$ 54.932 (2019 – R\$ 609)

b) Mensurado ao valor justo no resultado:

Instrumentos financeiros derivativos - R\$ (2.833) (2019 - R\$ 5.507).

Refere-se ao ajuste da precificação (valor presente e taxa – *Ptax x Spot*) dos contratos de arbitragens de moedas e cambio no montante de R\$ 7.878 (2019 - R\$ 5.147) e ao ajuste de DVA no montante de R\$ 166 (2019 - R\$ 360), que trata-se da avaliação do risco de default do próprio Banco, assumindo suas contrapartes em instrumentos financeiros derivativos e reserva *dayone PnL* R\$ (10.877).

c) Imobilizado e passivo de arrendamento

Refere-se a adoção do IFRS 16: Imobilizado R\$ 8.184 (2019 – R\$ 9.074 e Passivo R\$ 8.472 (2019 – R\$ 9.304)

d) Crédito tributário diferido - R\$ (26.336) (2019 - R\$ (4.719)).

Refere-se a aplicação da alíquota vigente de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre o valor total dos ajustes

e) Resultado líquido do exercício/reservas - R\$ 32.189 (2019 - R\$ 5.767).

Refere-se ao ajuste de resultado do exercício atual e anteriores.

6. Caixa e equivalentes de caixa

A composição da rubrica de caixa e equivalente de caixa é a seguinte:

	2020	2019
Caixa e contas-corrente em bancos	1.584.967	105.555
Reservas livres em espécie com o Banco Central	2.635	12.983
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.532.993	1.686.085
Total	4.120.595	1.804.623

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

7. Instrumento financeiros – Ativos

O Banco apresentou em 2020 ativos financeiros, classificados de acordo com os pronunciamentos do IFRS 9, nas categorias de custo amortizado, ao valor por meio do resultado e a valor justo por meio de outros resultados abrangentes demonstrados a seguir:

2020				
Ativos financeiros – IFRS 9				
	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao Valor Justo no resultado	Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Instrumento de dívida	532.857	-	1.487.448	2.020.305
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	-	-
CDI	279.632	-	118.012	397.644
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	-	108.940	108.940
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	1.105.213	1.105.213
Tits. dados em garantia de ops em câmaras de líq. e comp.	-	-	35.004	35.004
Depósitos judiciais	253.225	-	-	253.225
NTN	-	-	120.279	120.279
Instrumento financeiro derivativos	-	741.672	-	741.672
FX e arbitragem	-	-	-	-
NDF	-	363.098	-	363.098
SWAP	-	326.901	-	326.901
Cambio	-	51.673	-	54.505
Créditos a clientes e recebíveis	2.135.014	-	-	2.135.014
Créditos a clientes e recebíveis	2.173.291	-	-	2.173.291
Perda de valor recuperável	(38.277)	-	-	(38.277)
Total	2.667.871	741.672	1.487.448	4.896.991

2019				
Ativos financeiros – IFRS 9				
	Mensurado s ao custo amortizado	Mensurados ao Valor Justo no resultado	Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Instrumento de dívida	276.064	-	911.827	1.187.891
Aplicações em moeda estrangeira	4.320	-	-	4.320
CDI	55.810	-	61.722	117.532
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	-	106.015	106.015
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	709.900	709.900
Tits. dados em garantia de ops em câmaras de líq. e comp.	-	-	34.190	34.190
Depósitos judiciais	215.934	-	-	215.934
Instrumento financeiro derivativos	-	160.676	-	160.676
FX e arbitragem	-	-	-	-
NDF	-	154.702	-	154.702
SWAP	-	3.855	-	3.855
Cambio	-	2.119	-	2.119

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Créditos a clientes e recebíveis	2.022.784	-	-	2.022.784
Créditos a clientes e recebíveis	2.026.120	-	-	2.026.120
Perda de valor recuperável	(3.336)	-	-	(3.336)
Total	2.298.848	160.676	911.827	3.371.351

O Banco utiliza-se de outros derivativos, não enquadrados nas classificações de *hedge* de risco de mercado e *hedge* de fluxo de caixa, para gerenciar a exposição a riscos de moeda, taxa de juros, mercado de capitais e risco de crédito. Os instrumentos utilizados são *swaps* de taxa de juros, de moedas e de riscos de crédito, contratos futuros, opções e NDFs.

O quadro abaixo demonstra abertura dos instrumentos financeiros a valor justo por meio de resultado de acordo com os níveis de hierarquia descritos no IFRS 13.

	2020			
	Valor de Referencia	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Instrumentos financeiros derivativos		-	741.672	
Cambio	-	-	51.673	-
NDF	7.510.631	-	363.098	-
Swap	5.115.929	-	326.901	-
Futuros	14.303.945	-	-	-
Total			741.672	

	2019			
	Valor de Referencia	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Instrumentos financeiros derivativos		-	160.677	
Cambio	-	-	2.119	-
NDF	4.037.767	-	154.702	-
Swap	1.019.241	-	3.855	-
Futuros	8.470.660	-	-	-
Total			160.676	

Nível 1 - Preços cotados e não ajustados em mercados ativos:

O valor justo dos títulos públicos representa o fluxo de caixa futuro descontado ao valor presente pelas taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Nível 2 - *Inputs* incluído no nível 1 que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços):

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando as taxas divulgadas pela B3 ou agente de mercado, quando necessário.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Para a obtenção destes valores justos, são adotados os seguintes critérios:

- Futuros: cotações extraídas da B3 e da ANBIMA, conforme o caso;
- *Swap* e NDF: estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas pontas, utilizando preços da B3 e preços de commodities, descontando a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3;

Nível 3 - O Banco não possui ativos classificados nesse nível.

Segue composição dos ativos financeiros cedidos em garantia

	2020	2019
Letras do tesouro nacional - LTN	1.105.213	709.899
Letras financeiras do tesouro LFT	108.940	106.014
Tít. dados em garantia de ops em câmaras de líq. e comp.	35.004	34.192
Notas do tesouro nacional - NTN	120.279	-
Total	1.369.436	850.105

Essas transações são conduzidas de acordo com os termos usuais e costumeiros em atividades bancárias de tomada e concessão de títulos e valores mobiliários, bem como segundo os requisitos determinados pelas bolsas, nos quais o Banco atua como intermediário. Os resultados encontram-se registrados na rubrica resultado de instrumentos financeiros.

8. Outro Ativos

A composição da rubrica de outros ativos é a seguinte:

	2020	2019
Devedores conta liquidações pendentes	32.795	49.636
Devedores diversos	25.118	22.646
Pagamentos a ressarcir	70.994	42.050
Títulos de crédito a receber	34.593	45.319
Despesas antecipadas	710	722
Adiantamento, antecipações salariais e outros	426	1.926
Serviços prestados a receber	2.737	1.142
Rendas a receber	2.817	1.631
Total	170.190	165.072

9. Instrumentos financeiros - Passivo financeiro

a) Mensurados ao custo amortizado

A composição da rubrica de depósitos de instituições financeiras é a seguinte:

	2020	2019
Depósitos à vista	178.836	100.856
Relações interdependência	79.795	35.527
Depósitos interfinanceiros	126.885	700
Total	385.516	137.083

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Os depósitos interfinanceiros são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual de 100% (2019 - 96%). Segue abertura por prazo de vencimento:

Depósitos interfinanceiros	2020	2019
3 a 12 meses	126.885	700
Total	126.885	700

Os depósitos de clientes são compostos de: depósitos a vista e a prazo. Os depósitos a prazo são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual entre 70% e 110% (2019 - entre 75% e 101,1, %). Segue abertura por tipo e prazo de vencimento:

Depósitos de clientes	2020	2019
Depósito à vista	402.732	415.399
Depósito a prazo	2.581.597	1.200.016
Até 3 meses	167.514	249.417
3 a 12 meses	2.407.684	880.278
1 a 3 anos	1.338	70.321
3 a 5 anos	5.062	-
Total	2.984.329	1.615.415

Empréstimos e financiamentos no exterior	2020	2019
Obrigações por tomada de linha (a)	2.556.368	854.956
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	62.859	53.236
Financiamentos à exportação (b)	381.757	450.440
Total	3.000.983	1.358.631

(a) Referem-se às operações de curto prazo de "interbank" com DB New York, em Euro e Dólar, com taxa máxima de até 1,25% ao ano e liquidados em outubro de 2021.

(b) Referem-se basicamente às captações com DB Frankfurt e DB New York, em Euro e Dólar, com taxa de juros de até 1,32% e vencimentos até outubro de 2021.

(c) Referem-se basicamente às captações com o e DB AG New York em Dólar, com taxa de juros de até 1,26% ao ano e vencimentos até maio de 2021.

a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

A composição da rubrica de instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	2020			
	Passivos financeiros - Nível 2			
	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao Valor Justo no resultado	Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Instrumentos derivativos				
NDF	-	(280.990)	-	(280.990)
SWAP	-	(772.693)	-	(772.693)

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

-	(1.053.683)	--	(1.053.683)
---	-------------	----	-------------

2019

Passivos financeiros - Nível 2

	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao Valor Justo no resultado	Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Instrumentos derivativos				
NDF	-	(202.455)	-	(202.455)
SWAP	-	(230.396)	-	(230.396)
	-	(432.851)	-	(432.851)

Para maiores informações sobre a carteira de derivativos do Banco, vide nota 8.

10. Outros Passivos

A composição da rubrica de outros passivos é a seguinte:

	2020	2019
Negociação intermediação	60.131	62.081
Diversos	14.970	10.270
Total	75.101	72.351

11. Ativos e passivos por impostos correntes e diferidos

a) *Impostos Diferidos (ativo e passivo)*

Segue composição dos valores ativos e passivos relacionados ao diferimento de tributos:

	Dez/2020			Dez/2019		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Crédito Tributário (a)						
Diferenças temporárias	95.130	76.104	171.234	53.718	42.981	96.699
	95.130	76.104	171.234	53.718	42.981	96.699
Crédito Tributário						
Prejuízo fiscal / base negativa	50.073	52.302	102.375	57.773	57.929	115.702
	50.073	52.302	102.375	57.773	57.929	115.702

a. Créditos tributários

Movimentação dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias:

Dez/19	Constituição	(Realização)	Dez/20
--------	--------------	--------------	--------

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Diferenças temporárias (1)

Imposto de renda	53.718	60.186	(21.396)	95.130
Contribuição social	42.981	48.143	(17.117)	76.104
	<u>96.699</u>	<u>108.329</u>	<u>(38.513)</u>	<u>171.234</u>

(1) Constituído sobre diferenças temporárias oriundas de processos judiciais (para os quais a expectativa de realização depende de decisão judicial), de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, os quais dependem de pagamentos de dívidas pelos clientes, sobre benefícios pós-emprego, remuneração variável diferida e marcação a mercado.

Expectativa de realização:

O montante de créditos tributários sobre diferenças temporárias em dezembro de 2020 totalizou R\$ 171.234 (Dez/2019 - R\$ 96.699).

A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada a geração de resultados futuros e realização das operações a ele associadas, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá de acordo com o prazo de vencimento das operações, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma: 2021 – 81,43%; 2022 – 10,72%; 2023 – 3,25%; 2024 – 2,73%; 2025 – 0,83%; 2027 – 0,45%; 2031 – 0,59%.

Movimentação dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa:

	Dez/19	Constituição	(Realização)	Dez/20
Prejuízo fiscal e base negativa				
Imposto de renda	57.773	4.026	(11.726)	50.073
Contribuição social	<u>57.929</u>	<u>3.740</u>	<u>(9.367)</u>	<u>52.302</u>
	<u>115.702</u>	<u>7.766</u>	<u>(21.093)</u>	<u>102.375</u>

Expectativa de realização:

O montante de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa em dezembro de 2020 totalizou R\$ 102.375 (Dez/2019 - R\$ 115.702).

A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada a geração de resultados futuros, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá em até 10 anos, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma (% sobre o montante total do crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa) 2021 – 10,43%; 2022 – 9,98%; 2023 – 10,11%; 2024 – 10,25%; 2025 – 10,38%; 2026 – 10,51%; 2027 – 10,64%; 2028 – 10,77%; 2029 – 10,90% e 2030 – 6,02%.

O valor presente de créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias, descontados ao custo de capital projetado, monta em R\$ 241.085 (2019 - R\$ 179.124).

Efeito em resultados

Segue quadro demonstrativo do efeito em resultado, oriundo dos registros de créditos tributários e impostos diferidos:

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Prejuízo fiscal	Outras diferenças temporárias	Efeito líquido
	Receita (Despesas)	Receita (Despesas)	Receita (Despesas)
Imposto de renda	(7,700)	28,718	21,018
Contribuição social	<u>(5,627)</u>	<u>23,117</u>	<u>17,490</u>
Efeito em 2020	<u>(13,327)</u>	<u>51,835</u>	<u>38,508</u>
Efeito em 2019	7,071	15,802	22,873

(*) A diferença entre o resultado líquido em 2020 e o resultado do ativo fiscal diferido apresentado nas demonstrações de resultados referem-se a contabilização no patrimônio líquido do ajuste de avaliação patrimonial líquida dos efeitos tributários dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ajuste atuarial sobre benefícios pós emprego no montante líquido de de R\$ 3.637 em dezembro de 2020.

12. Imobilizado

A composição da rubrica de ativos tangíveis é a seguinte:

	2020			2019
	Móveis e Equipamentos	Instalações	Total	Total
Custo de aquisição	9.615	9.728	19.343	7.574
Saldo inicial	6.176	890	7.066	5.515
Aquisições	-	(891)	(891)	9.075
Imoveis em uso – arrendamento	(997)	-	(997)	(339)
Alienações	(1.621)	(574)	(2.195)	(2.482)
Depreciação do exercício	<u>13.173</u>	<u>9.153</u>	<u>22.326</u>	<u>19.343</u>
Saldo Final	<u>13.173</u>	<u>9.153</u>	<u>22.326</u>	<u>19.343</u>

13. Provisões

A composição da rubrica de provisões é a seguinte:

	2020	2019
Despesas de pessoal	121.068	105.286
Passivos contingentes	154.927	157.996
Outros	16.023	2.606
Juros sobre o capital próprio	-	42.500
Total	<u>292.018</u>	<u>308.388</u>

14. Ativos e Passivos contingentes

a) Ativos contingentes

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, ao menos que a probabilidade de êxito seja

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é praticamente certa ou provável, que devam ser divulgados.

b) Passivos contingentes

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Para os processos com probabilidade de perda avaliada como possível, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme demonstrado a seguir:

Composição e movimentação das provisões segregadas por natureza:

		Saldo em dez/19	Adição à provisão	Reversão resultado	Reversão depósito/pagamento	Atualização monetária	Saldo em dez/20
Fiscais	IR/CS (a)	7.400	-	-	-	65	7.465
	INSS (b)	135.784	-	-	-	1.871	137.655
	CSLL	-	-	-	-	-	-
	Outros	781	-	-	-	-	781
	Total fiscais	143.965	-	-	-	1.936	145.901
Trabalhistas		10.931	548	(881)	(1.931)	722	9.389
Cíveis/Crédito)		2.694	-	(100)	(2.771)	177	-
Tributário (c)		-	-	-	-	-	-
Administrativo (c)		405	-	-	-	12	417
Total provisões		157.995	548	(981)	(4.702)	2.847	155.707

- (a) Trata-se de uma provisão feita no valor de R\$ 2.223, que atualizado perfaz R\$ 4.871m 2019,R\$ 4.806), referente à multa isolada no processo de desmutualização das bolsas relacionado a Deutsche Bank Corretora de Valores.Foi constituída, em Setembro de 2019 uma provisão no valor de R\$ 2.593 relativo ao mandado de segurança de CSLL do ano base de 1989, que discute o princípio da isonomia na aplicação de alíquotas diferenciadas da contribuição.

Este processo foi transitado em julgado e estamos aguardando a confirmação da conversão em renda da União para assim realizarmos a baixa nos livros contábeis.

- (b) Informamos a existência de execução fiscal relacionada a suposta contribuição devida ao INSS decorrente de Programa de Participação em Lucros e Resultados referente ao período de fevereiro/1999 a fevereiro/2003. A Administração do Banco provisionou o valor de R\$ 137.655(em 2019,R\$135.784), correspondente ao valor atualizado do respectivo depósito judicial constituído para essa causa. Informamos que a melhor estimativa da perda esperada para esse caso é o próprio valor do depósito judicial.
- (c) O Banco está envolvido em Processo Administrativo Sancionador instaurado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) contra o Banco e terceiros, relacionado a supostas irregularidades em atividades de administração, gestão, distribuição e custódia de alguns fundos de investimentos. O Banco apresentou recurso administrativo perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Há provisão constituída no valor de R\$417 (em 2019,R\$405).

Contingências classificadas com risco de perda possível

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

O Banco possui demandas contra si com avaliação de perda classificada como “possível”, sendo elas (i) ação anulatória que visa extinguir o crédito tributário de IRRF constituído pela RFB em 2006 ao interpretar que operações de câmbio conjugadas poderiam resultar em rendimento pré-determinados e, portanto, sujeitos ao imposto de renda de fonte, R\$ 13.275(em 2019 R\$13.135). Em 03 de Janeiro de 2007 foi realizado um depósito judicial de R\$ 9.566, que atualizado perfaz R\$ 16.697(em 2019 R\$16.417) (ii) autuação da RFB em relação ao IRPJ e CSLL não incidentes na permuta dos títulos patrimoniais da Cetip em ações da nova companhia, R\$ 153(em 2019,R\$151). (iii) autuação da RFB em relação ao PIS e COFINS, na qual se questiona a dedutibilidade de perdas auferidas na venda de precatórios em 2009 da base de cálculo das referidas contribuições, R\$ 5.486(em 2019,R\$5.398), (iv) autuação da RFB , também em relação ao PIS e COFINS, no processo de desmutualização das bolsas ocorrida em 2007, alegando-se que referido ganho na venda dos títulos patrimoniais estaria sujeito à incidência das referidas contribuições, a despeito de se tratar de venda de ativo permanente não sujeita à esta tributação, R\$ 16.796(em 2019,R\$16.571). Ainda com relação ao processo de desmutualização das bolsas, esta instituição realizou em 12 de junho de 2017 um depósito no valor de R\$ 15.367, que atualizado perfaz R\$ 18.376(em 2019, R\$17.926), para seguimento das discussões na esfera judicial.

Possui também dois autos de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil relativos ao PIS e COFINS incidentes sobre o processo de desmutualização das bolsas ocorrido em 2007, com impacto, da mesma forma, nos anos subsequentes de 2008 e 2009. Os autos, originalmente oriundos da incorporação do Deutsche Bank - Corretora de Valores SA em dezembro de 2016, foram devidamente impugnados e aguardam julgamento por parte do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O valor atualizado dessas demandas é de R\$ 31.855(em 2019,R\$31.392). Esta instituição realizou em 11 de dezembro de 2018 um depósito no valor de R\$ 16.697 que atualizado perfaz R\$ 18.340(em 2019, R\$17.851), para seguimento das discussões na esfera judicial.

O Banco recebeu, em dezembro de 2010, autos de infração da Receita Federal no valor de R\$ 35.509, relacionados a supostas contribuições previdenciárias devidas em relação a seu programa de Participação em Lucros e Resultados (período de janeiro de 2005 a dezembro de 2007). Após o término dos processos administrativos decorrentes de impugnações apresentadas pelo Banco, o Banco iniciou a fase judicial de discussão dessa cobrança, através de distribuição de ação anulatória em Dezembro/19, com vistas à desconstituição do crédito tributário. Em junho/20 o DB efetuou depósito judicial no valor de R\$ 34.193, que atualizado perfaz R\$ 34.751.

Há execução fiscal ajuizada pela União (Fazenda Nacional) em junho de 2010 referente à cobrança de valores relacionados a contribuição previdenciária (cessão de mão de obra) a cargo do empregador supostamente devidos sobre pagamentos efetuados a empregados a título de participação nos lucros (período de junho de 1995 a janeiro de 1999). Há depósito judicial efetuado em ação declaratória correlata anterior no valor (atualizado) de R\$ 2.938(em 2019, R\$ 2.921). Em Maio de 2019 foi dado provimento à Apelação apresentada pelo Banco em relação à decisão decorrente da Ação Declaratória supra citada (trânsito em julgado em Agosto/19). Aguarda-se desenvolvimento regular do caso.

Em fevereiro de 2012 foi distribuído procedimento administrativo relacionado ao programa de Participação de Lucros e Resultados referente ao período de fevereiro de 2007 a fevereiro de 2008. A Impugnação do Banco foi julgada procedente – aguarda-se julgamento do recurso de ofício que foi apresentado pela Secretaria da Receita Federal (fase administrativa). Valor da causa atualizado é de R\$ 6.381(em 2019, R\$6.325).

Em março de 2019 a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração para cobrança de valores de contribuições previdenciárias supostamente devidos pelo Banco em relação a verbas pagas a título de auxílio alimentação e refeição no período de março de 2014 a dezembro de 2015. O Banco apresentou impugnação em abril de 2019 no respectivo processo administrativo. O valor da causa atualizado é de R\$ 4.822(em 2019,R\$4.571).

O Banco consta, junto com outras quatro instituições, do polo passivo de ação de indenização distribuída por um Fundo de Investimento em outubro de 2015 em face de seus gestores, administradores e custodiantes. O valor da causa atualizado é de R\$ 40.822(em 2019,R\$34.499).

O Banco consta do polo passivo de uma ação cível indenizatória movida por suposto descumprimento de deveres decorrentes de contrato de distribuição de quotas de um Fundo de Investimentos. Processo iniciado em Outubro de 2014. Após decisão de segundo grau, o Banco realizou pagamento no valor de R\$ 2.794. Aguarda-se desenvolvimento do processo já em fase de recursos aos tribunais superiores, mas não são esperadas novas condenações ao Banco.

Os processos de natureza trabalhistas e cíveis contra o Banco e classificados com probabilidade de perda “possível” possuem valores agregados de R\$ 24.915 e R\$ 44.151, respectivamente(em 2019,R\$26.325 e R\$37.408).

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

A Prefeitura do Município de São Paulo lavrou, em junho de 2013, auto de infração contra o Banco relativamente ao Imposto sobre Serviços - ISSQN incidente sobre receitas com rendas de garantias prestadas abrangendo os anos de 2008 a 2011, e nova autuação em abril de 2016, referente ao 1º semestre de 2012. O valor total atualizado é de R\$ 6.332(em 2019,R\$6.271). Foram realizados dois depósitos sendo um em outubro de 2014 no valor de R\$ 3.076 que atualizado é de R\$ 4.336(em 2019,R\$4.247) e o outro em outubro de 2018 no valor de R\$1.230 que atualizado é de R\$1.323.

Ainda com relação às discussões com o mesmo órgão municipal, o Banco impetrou quatro ações anulatórias com a finalidade de desconstituir autos de infração lavrados por este Município e que atualmente somam o montante de R\$ 9.447(Em 2019, R\$9.426). Foram realizados alguns depósitos judiciais que somam o montante de R\$ 9.340(em 2019,R\$ 9.180).

Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foi constituída provisão para esses casos em face da avaliação de probabilidade de perda “possível” dada pelos consultores jurídicos externos do Banco.

15. Transações com partes relacionadas

a. Transações com empresas ligadas

O Banco mantém negócios em condições usuais de mercado com as coligadas no exterior. Os saldos patrimoniais e os resultados gerados destas transações são apresentados como segue:

	Jul- Dez/2020	Exercício/2020		Exercício/2019	
	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
Disponibilidades (DEME) (nota 5)	-	1.564.720	-	92.711	-
DB AG (Frankfurt)	-	1.515.269	-	67.866	-
DB AG (Tokyo)	-	310	-	11	-
DB AG (New York)	-	48.984	-	24.005	-
DB AG (London)	-	157	-	829	-
	-	-	-	-	-
Depósito à vista (nota 13)	-	4.484	-	15.153	-
Dt. Bank Secur. Inc.	-	545	-	464	-
DBUSBZ2 Sàrl	-	29	-	9	-
DMG Group plc	-	-	-	-	-
DB AG (London)	-	3.456	-	13.808	-
DIMA, Inc.	-	-	-	821	-
Deutsche Morgam Grenffel Co. LTD	-	51	-	51	-
DB AG Frankfurt(Global Markets)	-	48	-	-	-
DB AG London Global Markets(Latam Struct Credit)	-	355	-	-	-
Depósito a prazo (nota 13)	(97)	(11.464)	(97)	(7.032)	(3.173)
Global Markets FIM Crédito Privado de Inv no Exterior	(97)	(1.751)	(97)	(7.032)	(3.173)
DB II Fundo de Investimento Multimercado no Exterior	-	(9.713)	-	-	-
	-	-	-	-	-
Aplicações em ME (i) (nota 6)	-	-	-	4.320	-
Deutsche Bank AG London	-	-	-	4.320	-
	-	-	-	-	-
Serviços prestados para empresas no exterior (nota 11)	29.337	117.652	60.879	94.217	77.585
DB AG (London)	13.987	33.063	31.007	43.023	45.527
DB AG (New York)	2.331	13.764	3.949	6.852	2.987
DB Trust Co Americas	5.453	9.119	6.471	6.489	1.947
DWS Investm. AU Ltd	-	1	-	4	-
DWS Group Sv. UK Ltd	-	5	-	4	-
DWS Investment GmbH	32	7.732	3.348	3.066	7.650
DIMA, Inc.	7	5.761	2.202	8.468	5.038
DB AG (Cayman Isl.)	7.522	48.031	13.888	26.158	14.410
RREEF America LLC	-	-	-	8	-
DeAM (Japan) Limited	-	17	-	12	-
DeAM SGIIC SA	-	5	-	4	-

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Jul- Dez/2020	Exercício/2020	Exercício/2019		
		Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)
DWS Investm. UK Ltd		-	82	5	58
DWS Distributors Inc		-	-	-	4
DWS Internat. GmbH		5	-	9	16
DeAM Hong Kong Limited		-	17	-	12
DeAM Asia Limited		-	11	-	8
DeAM S.A.		-	44	-	31
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 14)		(28.810)	(3.000.983)	(18.822)	(1.358.633)
DB AG (Frankfurt)		(27)	(882.556)	(13)	(290.900)
DB AG (New York)		(28.783)	(2.062.522)	(18.809)	(1.067.733)
DB AG (London)		-	(55.905)	-	-
Carteira de Câmbio - Operações de arbitragem (nota 10)		(150.536)	(55.136)	(173.405)	(3.778)
DB AG (London)		(150.536)	(55.136)	(173.405)	(3.778)
Despesas a pagar para empresas no exterior (nota 16)		(26.371)	(23.289)	(50.867)	(3.344)
DB AG (Frankfurt)		(5.032)	(5.018)	(5.364)	1.139
DB AD (London)		(5.302)	(2.837)	(23.602)	-
DB Jacksonville		(11.613)	(11.311)	(17.396)	(4.483)
DBOI		-	-	-	-
DB AG Hong Kong Br		(97)	(96)	(97)	-
DB AG New York		(1.225)	(1.211)	(1.225)	-
DB Trust Company Americas NY		(1.194)	(1.180)	(1.194)	-
DB AG Singapore Br		(1.603)	(1.584)	(1.603)	-
OOO "Deutsche Bank"		(12)	(11)	(12)	-
DB Service Centre Limited		(15)	(15)	(15)	-
Deutsche Bank (Suisse) SA		(20)	(20)	(20)	-
Deutsche AM Distributors, Inc.		(5)	-	(5)	-
DIM Americas Inc		(53)	-	(53)	-
RREEF America L.L.C.		(11)	-	(11)	-
Deutsche Asset Management Investment GmbH		(166)	-	(166)	-
Deutsche Asset Management (UK) Limited		(5)	-	(5)	-
Deutsche Asset Management International GmbH		(18)	(6)	(99)	-

(i) Operações realizadas com as empresas coligadas e controladas.

(ii) Representa o valor a receber ou a pagar do contrato de prestação de serviços firmado com as coligadas do grupo no exterior, em virtude do registro de operações fechadas globalmente, com registro nas respectivas localidades.

b. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

b - 1 - Definição de pessoal-chave da Administração: Tendo em vista a participação e as decisões tomadas, consideramos pessoal-chave os integrantes da Administração do Banco.

b - 2 - Política: O Banco possui uma política global de remuneração de funcionários, composta por parcelas fixa e variável. Essa política está baseada em alguns fatores, destacando-se entre eles, o resultado global do grupo e a performance individual de cada funcionário.

b - 3 - Benefícios de curto prazo:

	2020	2019
Remuneração fixa	10.591	10.503
Remuneração variável (curto prazo)	1.165	1.855
Encargos trabalhistas	2.261	2.398

b - 4 - Benefícios de longo prazo:

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remuneração variável (longo prazo)	5.432	3.017
Encargos trabalhistas	1.874	1.077

B - 5 - Outras informações conforme legislação em vigor, as instituições não podem conceder empréstimos para os membros da Administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas. Adicionalmente, informamos que não existem quaisquer outras transações entre o pessoal-chave e a entidade e também que o pessoal chave da administração possui participação no fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado).

16. Lucro por ação

O cálculo do lucro/prejuízo por ação em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi baseado nos lucros dos respectivos exercícios e na quantidade de ações ordinárias emitidas, sendo 801.494.530 ações. Os resultados dos lucros / prejuízos, por ação e por ação diluído, nos respectivos exercícios foram de R\$ (0,03) em 2020 e R\$ 0,13 em 2019.

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social totalmente integralizado, no montante de R\$ 996.551, está composto por 801.494.530 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Prejuízo / Lucros acumulados/ Reserva de lucro

O prejuízo acumulado em 2020 foi absorvido em reserva de lucros.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial, registrado no patrimônio líquido, refere-se aos ganhos/perdas não realizadas, deduzidos dos efeitos tributários, do ajuste a valor de mercado dos títulos classificados em disponível para venda no montante de R\$ (1.294) (em 2019, R\$665) e do ajuste atuarial sobre benefícios pós emprego no montante de R\$ 5.739 (em 2019, R\$9.596).

d. Juros sobre capital próprio e dividendos

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação pertinente.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 não foram distribuídos dividendos e JCP..

e. Limites de patrimônio - implementação da Basileia III

Através de um pacote de medidas, publicadas desde 2006, o CMN e o BACEN regulamentaram o cálculo de requerimento mínimo de capital baseados no acordo de Basileia. A seguir é apresentado o resumo dos efeitos dos requerimentos desses acordos.

A seguir são apresentados os valores apurados de acordo com as bases do padrão contábil local:

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Risco operacional	46.419	51.009
Risco de crédito	452.174	355.935
Risco de moeda/cambial	7.302	27.280
Risco de juros	120.884	58.936
Total Patrimônio Líquido exigido – PLE	626.779	493.160
Patrimônio referência	1.488.497	1.519.497
Margem para limite Basileia	861.718	1.026.337
Percentual de utilização	42,11%	32,45%
Índice Basileia	19,00%	24,65%
RBAN	9.988	16.926
Razão de alavancagem *	12,27%	17,68%

* A razão de alavancagem passou a ser requerida pelo Banco Central a partir de outubro de 2015.

18. Imposto de renda e contribuição social

A composição da rubrica despesas de imposto de renda corrente, imposto de renda diferido, contribuição social corrente e contribuição social diferido é a seguinte:

	2020	2019		
Imposto de renda corrente	(16.759)	(10.528)		
Contribuição social corrente	(12.907)	(8.605)		
Imposto de renda diferido	21.018	(6.616)		
Contribuição social diferida	17.490	20.052		
Total	8.842	(5.697)		

	Imposto de renda		Contribuição social	
	Dez/2020	Dez/2019	Dez/2020	Dez/2019
Resultado antes dos tributos e participações	(22.350)	99.195	(22.350)	99.195
JCP	-	(50.000)	-	(50.000)
Efeitos marcação a mercado	25.175	5.041	25.175	5.041
Adições (exclusões) permanentes líquidas	18.669	8.435	18.669	1.823
Adições (exclusões) temporárias líquidas	138.059	(1.978)	138.059	(1.978)
Base de cálculo	159.553	60.693	159.553	54.081
Compensação com prejuízo fiscal e base negativa	(29.666)	(19.272)	(30.802)	(17.289)
Base de cálculo após compensações	129.887	41.421	128.751	36.792
Impostos correntes	(16.759)	(10.528)	(12.908)	(8.605)
Incentivos fiscais / IR Agência				
Ativo fiscal diferido	33.028	(4.052)	27.098	22.101
Resultado de Imposto de renda e Contribuição social no período	16.269	(14.580)	14.191	13.497

Os totais do Banco apresentados acima, podem ser resumidos conforme seguem:

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Ajustes para IFRS	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2020	2019	2020	2019
Impostos diferidos	(12.010)	(2.564)	(9.608)	(2.050)
Total	(12.010)	(2.564)	(9.608)	(2.050)

Valores ajustados para IFRS	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2020	2019	2020	2019
Impostos correntes	(16.759)	(10.528)	(12.907)	(8.605)
Impostos diferidos	21.018	(6.616)	17.490	20.052
Total	4.259	(17.144)	4.583	11.447

19. Benefícios a empregado

- a. De acordo com o CPC33 homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, a partir de 1º de janeiro de 2016, o Banco constituiu provisões sobre benefícios pós-emprego caracterizados como benefícios de término de vínculo empregatício, os quais reconhecidos como uma despesa quando o Banco não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando reconhece os custos de uma reestruturação. Caso os pagamentos sejam liquidados após 12 meses da data do balanço, os mesmos são descontados aos seus valores presentes, sendo esses:
- Seguro saúde: Trata-se da provisão do direito dos funcionários, após a aposentadoria, de serem mantidos como benefícios do plano de saúde do Banco, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência do seus contratos de trabalho (Lei 9.656/98 artigos 30 e 31). A provisão constituída sobre essa modalidade foi de R\$ 69.066 em Dez/2020 e R\$ 61.314 em Dez/2019.
 - Fundo garantidor por tempo de serviços (FGTS): Trata-se da provisão da multa de 50% do FGTS, sendo 40% assegurada somente aos funcionários demitidos sem justa causa e não aos que tenham o direito do gozo do benefício de aposentadoria. Não há provisão nas políticas internas do DBSA de que funcionários aposentados serão compulsoriamente desligados do quadro funcional da empresa. Dessa maneira, o mesmo deixou de ser considerado nos cálculos atuariais de benefícios pós-emprego e passou a integrar as despesas correntes do Banco, caso haja desligamentos no ano de 2020 e a provisão constituída sobre essa modalidade no montante de R\$ 8.277 foi revertida em 2019. Em 2.020 o Instituto Brasileiro de Atuários se pronunciou oficialmente recomendando que a multa de FGTS deve ser considerada como parte do benefício pós emprego devendo compor a base de cálculo atuarial. Em 2020 a provisão consitutida nessa modalidade foi de R\$ 9.297.
 - O Banco, em conjunto com seus colaboradores, patrocina o fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado), que tem como principal objetivo a suplementação de benefícios concedidos pela Previdência Social aos participantes e benefícios. Os planos de benefícios mantidos pela Banco são, basicamente, da modalidade de contribuição definida, sendo que também existe uma pequena parcela da modalidade de benefício definido. No exercício findo em 31 de dezembro data da última reavaliação disponível, sendo esta anual, o plano de benefícios do Banco apresentou superavit de R\$ 597.

20. Margem Financeira

A composição da rubrica de margem financeira é a seguinte:

	2020	2019
Receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez	52.440	123.122
Receitas com instrumentos financeiros	39.084	52.532
Receitas com operações de crédito	85.439	79.439

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Outras receitas	15.363	29.277
Despesas de captação	(50.736)	(87.415)
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses	(44.007)	(41.111)
Resultado de transações com títulos e valores mobiliários	(1.931)	-
Resultado Líquido de juros e rendimentos	95.652	155.844
Operações de ativo/passivo	54.047	42.439
Empréstimos e repasses	(40.919)	5.027
Outros ativos/passivos	33.534	2.244
Resultado de variação cambial	46.662	49.710
Margem financeira	142.314	205.554

21. Resultado líquido de serviços e comissões

A composição da rubrica de resultado líquido de serviços e comissões é a seguinte:

Receitas de serviços e comissões	2020	2019
Serviços – exterior	91.316	82.766
Rendas de prestação de serviços	20.077	26.523
Comissão de colocação de títulos	8.928	8.871
Serviços de custódia	11.490	8.822
Tarifas	2.764	3.315
Total de Receitas	134.575	130.297
Despesas de serviços e comissões	2020	2019
Serviços do sistema financeiro	(12.434)	(16.557)
Serviços prestados para empresas exterior	(33)	-
Total de despesas de serviços e comissão	(12.467)	(16.557)
Resultado líquido de serviços e comissões	122.108	113.740

22. Resultado de instrumento financeiros derivativos

A composição da rubrica de resultado de instrumento financeiro derivativo é a seguinte:

	2020	2019
Swap	10.813	(16.339)
Termo / Títulos	4.769	-
NDF	2.772	(552)
Ajuste de precificação Res CMN 4.277	104	63
Total	18.458	(16.828)

23. Ganhos ou (perdas) com instrumentos financeiros

A composição da rubrica de ganhos ou (perdas) com instrumentos financeiros é a seguinte:

	2020	2019
NDF	78.349	(18.841)

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Swap	(196.335)	(39.025)
Arbitragem	119.326	(43.879)
Futuros	29.880	116.833
Total	31.220	15.088

24. Despesas de pessoal

A composição da rubrica de despesas de pessoal é a seguinte:

	2020	2019
Remuneração	(84.333)	(65.207)
Benefício	(29.889)	(17.909)
Encargos	(27.242)	(24.709)
Reestruturação	(716)	(88)
Diversos Pessoal	(989)	(2.312)
Total	(143.169)	(110.225)

25. Depreciação e amortização

A composição da rubrica de depreciação e amortização é a seguinte:

	2020	2019
Instalações	(681)	(502)
Móveis e equipamentos	(617)	(595)
Processamento de dados	(2.081)	(1.383)
Outras imobilizações	(2)	(2)
Total	(3.381)	(2.482)

26. Outras receitas e despesas

A composição da rubrica outras receitas e despesas é a seguinte:

	2020	2019
Receita atualização monetária	4.796	5.654
Receita de juros	1.710	2.063
Outras receitas	115	361
Total receitas	6.621	8.078
Despesas com processos judiciais	(2.658)	(7.599)
Despesas de variação cambial	(18.895)	(14.896)
Despesas com baixa imobilizado	(58)	(4)
Despesas com fianças	(41)	(132)
Outras despesas	(4.270)	(532)
Total despesas	(25.922)	(23.163)
Total	(19.301)	(15.085)

27. Despesas tributárias

A composição da rubrica outras despesas tributárias é a seguinte:

	2020	2019
Impostos e taxas diversas	(6.079)	(7.044)
COFINS	(12.181)	(9.295)
PIS	(1.979)	(1.510)

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Reversões/anistia	(1.286)	(4)
Total	(21.526)	(17.853)

28. Outras despesas administrativas

A composição da rubrica outras despesas administrativas é a seguinte:

	2020	2019
Comunicações	(21.484)	(19.752)
Serviços técnicos especializados	(20.728)	(17.485)
Aluguéis	(4.506)	(3.913)
Viagens e refeições	(345)	(2.750)
Serviços de terceiros	(4.465)	(5.722)
Outras	(2.886)	(2.467)
Manutenção e conservação de bens	(5.494)	(7.160)
Seguros	(328)	(616)
Propaganda, promoções e publicidade	(259)	(859)
Material	(2.412)	(2.816)
Despesas de transporte	(246)	(461)
Serviços Intercompany	(26.939)	(2.589)
Total	(90.092)	(66.590)

29. Gerenciamento de riscos financeiros

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III (Pilar 3), o qual tem por objetivo fornecer informações sobre prática no gerenciamento de riscos e os índices de capital regulatório requerido, o Deutsche Bank Brasil, doravante denominados nesta nota como Banco, apresenta estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, considerando o cronograma delineado pelos reguladores, para obtenção de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e análises dos Riscos de Crédito, Mercado, Risco de taxa de juros no Banking Book (IRRBB - *Interest rate risk in the banking book*), Liquidez, Operacional, Reputacional e Responsabilidade Socioambiental.

Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das áreas de Negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm como objetivo subsidiar a Alta Administração, Órgãos Supervisores, auditorias e clientes do Banco, com informações que delineiam o gerenciamento de riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site do Banco.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017 o Banco segue uma abordagem integrada de gestão de risco que garante consistência no padrão de gestão de risco, permitindo a adaptação a requisitos específicos de cada tipo de risco.

b. Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adotada pelo Banco prevê os procedimentos para

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e controle de risco operacional. O Banco possui uma base histórica de eventos operacionais, bem como manuais de procedimentos, processos de auto avaliação de riscos e testes de estresse, que proporcionam o controle dos eventos e a adequada alocação de capital.

c. Risco de mercado e Risco de taxa de juros na Carteira Bancária

A política, as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias e a estrutura de Riscos de Mercado e IRRBB seguem as diretrizes instituídas para controle de riscos globais do Banco, assim como a regulamentação em vigor.

Gerenciamento de Risco de Mercado

O Risco de Mercado é o risco de perdas em decorrência de movimentos adversos nos preços dos fatores de risco subjacentes às posições detidas pelo Banco.

A área de Gerenciamento de Risco de Mercado (MRM - *Market Risk Management*) exerce uma função específica de gerenciamento de risco de mercado e de Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (IRRBB - *Interest rate risk in the banking book*), atuando de forma independente das áreas de Negócios. A área de MRM monitora continuamente os níveis de risco de mercado, através de relatórios que são gerados com diversas métricas de gerenciamento, como as sensibilidades, os valores nominais das operações e testes de estresse da carteira.

As principais ferramentas utilizadas pelo Banco para quantificar e gerir o risco de mercado são:

- *Value-at-Risk (VaR)*: é uma métrica que resume a exposição de um ativo e/ou carteira ao risco de mercado durante condições normais de mercado. O VaR é expresso como um valor absoluto de perda que não é esperado que seja ultrapassado por um determinado nível de confiança em um horizonte específico de tempo. O VaR é geralmente expresso como um valor monetário, que possibilita comparações diretas de possíveis classes de ativos. E 1 dia de *holding period (Stress Testing)*: medida que representa o impacto no resultado da carteira para determinado cenário de crise. O cenário é revisto periodicamente pela área de *Market Risk Management*

Análise de sensibilidade

Para fins de apuração dos testes de sensibilidade, as carteiras são segregadas entre negociação (*Trading Book*) e Bancária (*Banking Book*). Essa segregação visa confirmar que a carteira de não negociação apresenta as mesmas condições de captação e repasse, de forma que não geram impacto em caso de condições extremas nas taxas de mercado

ATIVO	2020		2019	
	Negociação	Não Negociação	Negociação	Não Negociação
Caixa e equivalentes de caixa	4.120.595	-	1.804.623	-
ATIVOS FINANCEIROS				
Mensurados ao custo amortizado (nota 18)	532.857	2.173.291	276.064	2.026.120
Instrumento de dívida	532.857	-	276.064	-
Créditos a clientes e recebíveis		2.173.291		2.026.120
Mensurados ao valor justo no resultado	741.672	-	160.676	-
Instrumentos de dívida	-	-	-	-
Instrumento de patrimônio	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	741.672	-	160.676	-
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (nota 18)	1.487.448	-	911.827	-

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Instrumento de dívida	1.487.448	-	911.827	-
TOTAL DO ATIVO	<u>6.882.572</u>	<u>2.173.291</u>	<u>3.153.190</u>	<u>2.026.120</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
PASSIVOS FINANCEIROS				
Mensurado ao custo amortizado (nota 22)	-	6.370.828	-	3.111.131
Depósitos de clientes	-	2.984.329	-	1.615.415
Depósitos e empréstimos de instituições financeiras	-	385.516	-	137.083
Empréstimos e financiamentos	-	3.000.983	-	1.358.633
Mensurados ao valor justo no resultado (nota 22)	1.053.683	-	432.851	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.053.683	-	432.851	-
Outros passivos - Câmbio (nota 24)	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO	<u>1.053.683</u>	<u>6.370.828</u>	<u>432.851</u>	<u>3.111.131</u>

Risco de câmbio

Para fins de gerenciamento da sensibilidade de câmbio, o Banco utiliza o valor da exposição cambial como referência. Abaixo a composição dessa sensibilidade:

	2020	2019
Demais produtos	-	-

Risco de Taxa de juros

O monitoramento, controle e gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira bancária do DB Brasil é realizado pela área de MRM, com base em metodologias que são consistentes com as características da carteira bancária e que consideram a maturidade, a liquidez e a sensibilidade ao risco dos instrumentos classificados nessa carteira.

Os principais controles do risco de taxa de juros da carteira bancária são:

- IRRBB – EVE: Monitorar o risco do valor econômico (marcação a mercado) dos fluxos de caixa da carteira bancária do DB Brasil em diferentes cenários de taxas de juros, fluxos de caixas (pré-pagamento de operações pré-fixadas) e moedas;
- IRRBB – NII: Monitorar o impacto de alterações na taxa de juros sobre o resultado de intermediação financeira oriundo da carteira bancária do DB Brasil no horizonte de um (1) ano;
- RBAN: O DB Brasil utiliza para cálculo do capital requerido para a RBAN a mesma metodologia do VaR e SVaR (Stressed Value at Risk ou Valor em Risco Estressado) da carteira de negociação para taxa pré-fixada utilizando a média de cálculo o prazo de cento e oitenta (180) dias e com o time decay (decadência de prazo) de sessenta (60) dias. Para cupom cambial e índices de inflação, é utilizada a metodologia maturity ladder (escala de prazos de vencimentos), a mesma utilizada na RWA_JUR 2 e 3 da carteira de negociação;
- PV01 da Carteira Bancária: Relatório diário com as sensibilidades do preço da carteira bancária no que diz respeito às mudanças na taxa de juros subjacente.

Análise de Sensibilidade - taxa de juros

	2020					
Moeda	BRL	Inflação	USD	JPY	EUR	SEK
Bonds/Cash	(188.561)	(32)				

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Forwards	(20.005)	13.048	(524)	(174)	14
Futuros	748.937	(848.246)			
Opções					
Swaps	(532.600)	873.853		23.027	
Totais	7.771	(32)	38.654	(524)	22.854
					14

2019					
Moeda	BRL	USD	JPY	EUR	GBP
Bonds/Cash	(67.987)				
Forwards	53.036	(56.382)	21	3.070	310
Futuros	54.200	(266.320)			
Opções					
Swaps	(44.790)	301.623			
Totais	(5.541)	(21.079)	21	3.070	310

- VaR –Value at Risk: É uma medida estatística que sumariza uma estimativa de perda potencial de uma carteira ao risco de mercado num intervalo de tempo e grau de confiança. Usamos um horizonte de tempo de 1 ano e 99% de grau de confiança
- PV01 da Carteira: Relatório diário com as sensibilidades do preço da carteira bancária e negociação no que diz respeito às mudanças na taxa de juros subjacente. Avalia o impacto no resultado do DB Brasil decorrente da variação de taxa de juros em 1 ponto base (0.01%). Os indicadores de sensibilidade são processados diariamente pela área de Finance e monitorados pela área de Market & Valuation Risk Management.

Date	Total VaR
30-Dec-20	4,711,089
30-Dec-19	3,049,395

a. Risco de crédito

O Banco possui políticas e estratégias visando minimizar o risco decorrente da exposição ao risco de crédito, abrangendo todos os instrumentos financeiros que possam gerá-lo, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas e eventuais riscos de liquidação das operações.

Princípio e Estratégia de Gerenciamento de Risco de Crédito

O Banco gerencia o risco de crédito de uma forma coordenada em todos os níveis da Organização. Os seguintes princípios sustentam o princípio de gerenciamento de risco de crédito:

- Todas as divisões de crédito devem obedecer aos mesmos padrões nos seus respectivos processos de decisão de crédito;

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

- A aprovação de limite de crédito para clientes e o gerenciamento de exposição ao risco de crédito devem estar de acordo com as políticas e estratégias do Banco;
- O Banco mensura e consolida todas as exposições e cada grupo econômico de forma global.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco está definida na Política de Gerenciamento do Risco de Crédito – Deutsche Bank Brasil – em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, aprovada pelo Comitê da Diretoria Executiva. A respectiva Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito está divulgada na intranet e na *webpage* local do Banco. A mesma se encontra publicada em conjunto com as demonstrações contábeis que contém um resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito na *webpage* do Banco.

As atividades ligadas ao gerenciamento de risco de crédito são realizadas pela área de CRM (Credit Risk Management - Gerenciamento de Risco de Crédito), sendo essa área segregada das demais áreas de Negócios do Banco, bem como da área de Auditoria Interna. A área de CRM do Banco é responsável por:

- Gerenciar o risco de crédito do Banco;
- Tomar decisões de crédito relacionadas a transações para clientes brasileiros. As subsidiárias de empresas multinacionais (Multi-National Company – MNC) são cobertas pela equipe de subsidiárias de MNC dentro da divisão global de CRM;
- Submeter nomes para inclusão na lista de observação (Watchlist) e participação nas reuniões de atualização da Watchlist para manter a gerência sênior atualizada sobre os créditos de risco crescente;
- Preparar relatórios de crédito para revisão periódica.
- Possibilitar que todos os sistemas e modelos utilizados no gerenciamento do risco de crédito sejam compreendidos adequadamente pelos integrantes da área de CRM.

O Banco mantém uma quantidade suficiente de profissionais tecnicamente qualificados em suas áreas de concessão de crédito e monitoramento da carteira de crédito e não adota qualquer tipo de estrutura remuneratória que incentive comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo adotadas pelo Banco.

Da mesma forma, o Banco possui um Diretor Estatutário responsável pelo gerenciamento de Riscos, incluindo a área de CRM, podendo a mesmo desempenhar outras funções no Banco, exceto as relativas à administração de recursos de terceiros e realização de operações sujeitas ao risco de crédito.

Limites de Crédito

Os limites de crédito estabelecem o valor máximo de risco de crédito que o Banco está disposto a assumir junto a uma contraparte/Grupo econômico, por rating, prazo, produto, garantias e retornos.

Os limites de crédito são estabelecidos pela área de CRM através da execução das autoridades de crédito atribuídas.

A autoridade de crédito reflete o mandato de aprovar novos limites de crédito, bem como aumentar, renovar ou alterar limites vigentes. A autoridade de crédito é individual e atribuída de acordo com o nível de qualificação e experiência do profissional. São necessários 2 aprovadores para cada decisão de crédito, tendo pelo menos um deles a alçada mínima correspondente.

Os limites operacionais referentes a alçadas de aprovação do risco de crédito são revisados e submetidos para aprovação do Comitê da Diretoria Executiva com periodicidade mínima anual.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Classificação do Risco de Crédito e Provisionamento

Uma das ferramentas utilizadas na avaliação do risco e estabelecimento de limite de crédito é o *rating* interno atribuído às contrapartes. O Grupo DB conta com área global especializada em atribuição de rating, responsável pelo desenvolvimento, validação e a manutenção dos modelos adotados (GCAF: *Global Credit Analytics Function*).

Os sistemas de classificação e gerenciamento de risco do Banco são periodicamente revisados, tanto pelo BACEN quanto pela área de Auditoria Interna.

O sistema de *rating* do Grupo DB, possui vinte e uma (21) escalas que vão de iAAA a iD, sendo que o primeiro rating reflete a melhor qualidade de crédito e o último, a pior – consequentemente, a cada nível de rating corresponde um percentual de provisionamento.

Sobre a carteira de operações de crédito e de outros créditos com característica de concessão de crédito, são aplicados critérios de provisionamento.

Para fins de constituição de provisão, a qual visa refletir o nível de risco adequado em cada operação, são considerados todos os aspectos determinantes de risco de crédito, entre os quais destacamos a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação, a eventual existência de valores em atraso e as garantias existentes.

Os aspectos acima mencionados são considerados na definição dos ratings internos dos clientes os quais são mapeados para a tabela de ratings do BACEN, conforme estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/1999. Para fins de provisionamento, leva-se em consideração a comparação do provisionamento apurado pela metodologia estabelecida segundo essa resolução e a perda esperada (*expected loss*) apurada de acordo com a Resolução CMN nº 4557/2017. O provisionamento final deve ser o maior.

Risco de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual o Banco está exposto, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

O Banco mantém controle sobre a posição líquida (diferença entre contratos de compra e venda) e potencial exposição futura das operações onde existe o risco de contraparte. Toda exposição ao risco de contraparte faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes do Banco.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo - Exposição	1.084.457	236.181
Passivo - Garantidor	(522.284)	(61.451)
Exposição residual	<u>562.172</u>	<u>174.730</u>

Mitigadores do Risco de Crédito

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Várias técnicas de mitigação de crédito são pró-ativamente empregadas a fim de reduzir o risco de crédito do portfólio. Os mitigantes de risco são de forma geral divididos em três categorias:

- Transferência de risco a uma terceira parte;
- Garantias ou colaterais;
- Netting ou compensação.

A transferência de risco a terceiros é uma parte relevante do processo de gerenciamento de risco e é executado de várias formas, sejam venda do risco, hedge simples ou de um portfólio ou através de seguro de crédito.

As garantias são sujeitas a frequentes avaliações e revisões, dependendo de suas características específicas e ambiente jurídico.

Embora essas técnicas possam garantir ou possam ser uma fonte alternativa de repagamento, elas não substituem os elevados padrões de concessão de crédito que tem na contraparte a fonte primária de repagamento.

Monitoramento do Risco de Crédito

O monitoramento das exposições do portfólio sujeitas ao risco de crédito é feito continuamente pela área de CRM. As diretrizes de apetite ao crédito são igualmente monitoradas e revisadas de forma regular, de forma a estarem em linha com diferentes estágios de ciclo de crédito, bem como adequadas ao ambiente macroeconômico vigente e às necessidades do negócio.

Nesse contexto, o Banco mantém processos capazes de identificar e agregar, de forma contínua, as exposições sujeitas ao risco de concentração, através de relatórios periódicos que são apresentados e debatidos nas reuniões mensais do CROC (Comitê de Supervisão de Risco e Capital - Capital and Risk Oversight Committee).

A área de CRM elabora relatórios de crédito que são apresentados mensalmente ao CROC e posteriormente encaminhados para conhecimento ao Diretoria Executiva (*BoD – Board of Directors*). Estes relatórios, em linha com as políticas internas e exigências regulatórias, visam prover visão geral sobre o desempenho do portfólio de crédito e incluem as seguintes informações:

- Exposição geral;
- Abertura por classificação de risco;
- Exposições sujeitas ao risco de concentração;
- Maiores devedores;
- Posição dos provisionamentos;
- Aprovações relevantes e recentes revisões de classificação de risco;
- Avaliação e a expectativa de desempenho das exposições ao risco de crédito, abordando sua classificação e as respectivas provisões;
- Exposições significativas caracterizadas como ativos problemáticos, incluindo características, histórico e perspectivas de recuperação; e
- Informações sobre execução de mitigadores e exposições em reestruturação
- Demais informações que vierem a ser relevantes.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

As revisões de crédito de clientes cujas operações excedem 5% do PL Ajustado do Banco, são feitas em base semestral. Para tanto, todo mês a área de CRM faz um controle dos nomes elegíveis e elabora um relatório para cumprimento à Resolução CMN nº 2.682/1999.

Ao menor sinal de deterioração da qualidade de um crédito as ações de monitoramento são intensificadas e os créditos problemáticos são incluídos em uma lista de monitoramento (Watch List) e passam a ser acompanhados trimestralmente.

CRM também monitora as utilizações em aberto nos limites de crédito, através de relatórios de excedentes distribuídos para todos os analistas de crédito em base diária. Todos os excedentes dos limites de crédito são investigados e apenas encerrados mediante solução definitiva. Os excedentes de crédito que tenham sido deliberadamente causados pela área de negócios precisam ser imediatamente informados à Diretoria Executiva do Banco.

Sistemas de Crédito

Para garantir a visão geral, completa e abrangente do portfólio de crédito do Banco, a área de CRM opera uma plataforma totalmente integrada de gerenciamento de risco que incorpora informações de diversos sistemas das áreas de Negócios e de Infraestrutura.

Os sistemas fornecem:

- Hierarquia precisa de clientes (incluindo conjuntos de redes), conforme estipulado nos acordos legais entre o Banco e o cliente;
- Classificações de *rating* por contraparte e probabilidade de perda para cada transação/ limite para suportar o cálculo do capital econômico do Banco;
- Recursos de verificação pré-negociação para as áreas de Negócios;
- Informações precisas sobre os termos dos limites de crédito, conforme definidos nas respectivas aprovações de crédito;
- Informação sobre o volume de utilização dos limites de crédito;

Descrição do setor de atividade, país de localização e demais dados estáticos de forma a permitir adequada gestão do portfólio e periódicas revisões setoriais.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade do Banco não honrar suas obrigações em qualquer momento, seja pelo resgate antecipado de depósitos ou aumento de obrigações/garantias.

O gerenciamento de risco de liquidez estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional e alinhado às diretrizes globais do Grupo Deutsche Bank é executado pela área de *Treasury* - Tesouraria, que é uma unidade segredada das áreas de negócios, auditoria interna e gestão de recursos de terceiros. *Treasury* é responsável pela identificação, mensuração, gerenciamento do risco de liquidez e sua aplicação, além disso, tem autoridade para executar as medidas necessárias para manter o risco de liquidez em nível adequado.

Os temas referentes ao risco de Liquidez são discutidos mensalmente no CROC e BoD – *Board of Directors* – Diretoria Executiva.

Processos:

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

As principais ferramentas utilizadas no Gerenciamento do Risco de Liquidez são:

- Teste de Estresse de Liquidez;
- Saída Máxima de Caixa;
- Saída Máxima de Caixa por Moedas;
- Teste de Aderência de Liquidez;
- Composição Diária de Caixa;
- Perfil das Captações
- Reserva Mínima de Liquidez; e
- Aprovação de Novos Produtos.

Plano de Contingência de Liquidez

Buscando gerenciar de forma prospectiva o Risco de Liquidez do Banco, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez que define responsabilidades e procedimentos a serem adotados em caso de crise sistêmica ou idiossincrática de liquidez. Estrutura de gerenciamento de capital

Com o objetivo de demonstrar a liquidez do Banco, a seguir é apresentado o quadro resumo, com os ativos e passivos financeiros por vencimento para a data base 31 de dezembro de 2020:

	2020					Total
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	4.120.595	-	-	--		4.120.595
Mensurado ao custo amortizado	53.249	1.598.804	668.019	132.849	253.225	2.706.146
Instrumentos de dívida	-	279.632	-	-	253.225	532.857
Créditos a clientes	53.249	1.319.172	668.019	132.849	-	2.173.289
Mensurado ao valor justo no resultado	-	274.820	166.692	15.061	285.099	741.672
Instrumentos financeiros derivativos	-	274.820	166.692	15.061	285.099	741.672
Mensurado ao valor justo por outros resultados abrangentes	35.004	-	118.012	1.214.153	120.279	1.487.448
Instrumentos de dívida	35.004	-	118.012	1.214.153	120.279	1.487.448
Total	4.208.848	1.873.624	952.723	1.362.063	658.603	9.055.861

	2019					Total
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	1.804.623	-	-	-	-	1.804.623
Mensurado ao custo amortizado	-	1.347.955	551.707	186.593	215.935	2.302.184
Instrumentos de dívida	-	60.129	-	-	215.935	276.064
Créditos a clientes	-	1.287.826	551.701	186.593	-	2.026.120
Mensurado ao valor justo no resultado	-	113.192	45.496	1.988	-	160.676

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Instrumentos financeiros derivativos	-	113.192	45.496	1.988	-	160.676
Mensurado ao valor justo por outros resultados abrangentes	34.192	199.964	477.241	200.430	-	911.827
Instrumentos de dívida	34.192	199.964	477.241	200.430	-	911.827
Total	1.838.815	1.661.111	1.074.438	389.011	215.935	5.179.310

2020					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Passivos financeiros					
Mensurado ao custo amortizado	(3.571.229)	(2.030.588)	(763.949)	(5.062)	(6.370.828)
Depósitos de clientes	(570.246)	(1.771.957)	(637.064)	(5.062)	(2.984.329)
Depósitos de instituições financeiras	-	(258.631)	(126.885)	-	(385.516)
Empréstimos e financiamentos	(3.000.983)	-	-	-	(3.000.983)
Mensurado ao valor justo no resultado	(236.886)	(43.946)	(624.506)	(148.345)	(1.053.683)
Instrumentos financeiros derivativos	(236.886)	(43.946)	(624.506)	(148.345)	(1.053.683)
Total	(3.808.115)	(2.074.534)	(1.388.455)	(153.407)	(7.424.511)

2019					
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Passivos financeiros					
Mensurado ao custo amortizado	(516.255)	(1.633.275)	(957.171)	(4.428)	(3.111.130)
Depósitos de clientes	(415.399)	(238.417)	(957.171)	(4.428)	(1.615.415)
Depósitos de instituições financeiras	(100.856)	(36.226)	-	-	(137.083)
Empréstimos e financiamentos	-	(1.358.632)	-	-	(1.358.633)
Mensurado ao valor justo no resultado	-	(352.790)	(67.077)	(12.984)	(432.851)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(352.790)	(67.077)	(12.984)	(432.850)
Total	(516.255)	(1.986.065)	(1.024.248)	(17.412)	(3.543.981)

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital tem por objetivo garantir que o Banco mantenha um nível de capital adequado a partir das perspectivas econômicas e regulatórias, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional e os níveis definidos no apetite de risco interno do DB Brasil.

Responsabilidade

A área de *Treasury* é responsável por garantir que o Banco mantenha um nível adequado de capital a partir das perspectivas econômicas e regulatórias, também é de responsabilidade da área implementar a estrutura de gerenciamento de capital e emitir diretrizes internas com o intuito de executar todas as medidas necessárias para o gerenciamento do capital do Banco.

Plano de Capital

O Banco administra um modelo de capital prospectivo, desta forma, procurando alinhar o plano de capital com o planejamento estratégico para um horizonte mínimo de três anos.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

O plano é elaborado considerando as principais oportunidades e ameaças apresentadas no mercado, projeções de balanços, receita, despesas e distribuição/retenção de dividendos.

Processos de Gerenciamento de Capital

- Relatórios Gerenciais distribuídos diariamente e mensalmente;
- Plano de Capital;
- Simulação de Eventos Severos atrelado ao Plano de Contingência de Capital; e
- Aprovação de novos produtos.

d. Responsabilidade Socioambiental

Associado às diretrizes de sustentabilidade definidas no Sustainability Principles (Princípios de Sustentabilidade do Grupo DB) e em aderência a Resolução 4.327/14 do Banco Central do Brasil, o DB Brasil estabeleceu diretrizes e padrões locais para a identificação, avaliação, gerenciamento e mitigação dos riscos reputacionais que surjam como consequência da possível materialização de riscos socioambientais como resultado das atividades comerciais exercidas pelo DB Brasil.

30 Outros assuntos

Em março de 2020 foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países, ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia pode ser observada a partir do início do mês de março de 2020 gerando alguns impactos negativos sobre a economia brasileira, como (i) maior aversão ao risco, com pressões sobre o câmbio; (ii) maiores dificuldades no comércio exterior; e (iii) aumento das incertezas dos agentes econômicos.

No Brasil, medidas de diversas naturezas foram adotadas, nos âmbitos, de liquidez, monetário, creditício, cambial e fiscal. Nesse contexto, além das diversas medidas tomadas pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) e Banco Central do Brasil, como a redução de juros, em junho/20, para 2,25% a.a., o Conselho Monetário Nacional e o Governo Federal aprovaram, medidas para ajudar a economia brasileira a enfrentar os efeitos adversos provocados pelo vírus. Entretanto, mesmo com todas essas ações, as projeções apontam que o Brasil enfrentará uma recessão em 2020 com todos os desdobramentos em termos de negócios. Destacamos a seguir itens do balanço com potencial impacto.

- **Instrumentos financeiros:** cujo valor de mercado pode variar de forma significativa dada a volatilidade de preços destes ativos, principalmente aqueles emitidos por empresas privadas que incluem um maior risco de crédito;
- **operações de crédito:** aumento da inadimplências da carteira e potencial execução de garantias.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

- **créditos tributários:** cuja realização dependerá do resultado futuro, que poderá ser afetado em função dos desdobramentos da pandemia caso esta se prolongue por um longo período de tempo;
- **captações:** aumento da volatilidade, bem como incertezas nos mercados de crédito e capitais geralmente reduzem a liquidez, pode haver elevação dos custos de captação para instituições financeiras, impactando a capacidade em substituir, oportunamente e a custos reduzidos, as obrigações que estão vencendo e/ou o acesso a recursos para executar nossa estratégia de crescimento;

A Administração do Deutsche no Brasil vem acompanhando os desdobramentos relacionados ao COVID-19, observando com a devida atenção as orientações governamentais, OMS e assessoria especializada. O Banco vem adotando diversas medidas de prevenção para preservarmos a segurança e a saúde de seus colaboradores. O Banco possui plano de continuidade dos negócios para situações de crise e o mesmo foi implementado para garantir a continuidade das operações do Banco. A gestão dessa crise se dá por meio de reuniões recorrentes e frequentes relatos à Diretoria Executiva.

31 Eventos Subsequentes

O Governo Federal editou e publicou no DOU extra de 1º de Março de 2021 a Medida Provisória (MP) 1.034, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) para as instituições financeiras. No caso dos Bancos, esta alíquota foi de 20 para 25%. Se a MP for aprovada da forma em que foi proposta e dentro do período legal de 60 dias, prorrogáveis uma vez por igual período, essa alíquota vigorará de 01/07 à 31/12/2021. O total da tributação sobre o lucro neste período para os Bancos passará de 45 para 50%. O Banco está avaliando os impactos nos tributos correntes e diferido.